



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2016

*Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda.
Rua do Comércio, nº 921 – Centro – Ijuí – RS
CNPJ: 87.656.989/0001-74 Inscrição Estadual: 065/0021908*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2015/2018

Presidente: Iloir de Pauli

Vice-presidente: Valmir Elton Seifert

1º vogal: Luiz Auri Visioli

2º vogal: Roque Costa Beber

CONSELHO FISCAL EFETIVO (2016/2017)

Rosemara Beck

Romeu Ângelo de Jesus

Evandro Lanzarin

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Luciano Lorenzoni

Cláudio Roberto Drews

Pedro Itamar Serafini

NEGÓCIO

“Comercializar energia dentro de sua área de ação, atendendo às necessidades dos consumidores das classes Rural, Residencial, Industrial, Comercial e Pública, focando a qualidade exigida para a realização de suas atividades diárias”.

MISSÃO

“Melhorar a condição de vida do associado, fornecendo energia de qualidade, com eficiência e de forma sustentável”.

VISÃO

“Da geração à distribuição, para além da energia”.

PRINCÍPIOS

Ação e Transparência

Ética e Senso de Justiça

Inter cooperação e Competência

Cidadania

Solidariedade

União

Zelo

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Presidente

Dois mil e dezesseis! Um ano que para muitos não deixará saudades. Muito se falou em crise, tanto se pediu para que ele acabasse. Um ano agitado nas questões políticas e econômicas, não dá para negar. Mas, a verdade é que apesar de todas as dificuldades criadas pelas pessoas por nós eleitas, confortavelmente instaladas na Capital Federal, a vida não parou. Foi preciso seguir trabalhando. E nossos associados merecem parabéns. Apesar das dificuldades, mesmo com todas as dúvidas que pairavam no ar, o consumo de energia registrado pela Ceriluz demonstrou que os associados não se intimidaram e seguiram com seus afazeres sempre tendo a energia elétrica como insumo fundamental. Registramos crescimento de 5,14% na demanda de energia, o maior crescimento entre todas as cooperativas gaúchas. Destaque para o consumo no setor agropecuário, que usou a irrigação como fator determinante para garantir uma boa produtividade. Nós nos sentimos orgulhosos de auxiliar esse setor, tão menosprezado em alguns momentos, apesar de indispensável para a humanidade por produzir nossos alimentos.

Nós nos sentimos felizes em poder dar ao nosso associado e à comunidade o que eles precisam. Em momentos em que as chuvas transcorriam normalmente, nos meses mais frios, a demanda foi de pouco mais de sete milhões de quilowatt/hora (kWh). Agora, nos mês de dezembro, quando as chuvas escassearam e o calor aumentou, essa demanda saltou para 12 milhões de kWh. Nada demais, nosso sistema demonstrou estar preparado em qualquer uma das situações. Foi para isso que nos preparamos ao longo dos últimos anos: para poder atender aos associados, independente da energia que ele necessite, seja pouco, seja muito. Nada mais adequado do que no final Ano do Cinquentenário da Ceriluz, poder dizer em alto e bom tom: “Estamos Preparados!”. Pelos nossos cálculos, hoje nossa estrutura suporta uma demanda de até 18 milhões de kWh, o que nos dá ainda alguns anos de tranquilidade e a certeza de que teremos energia suficiente também para os anos de bonança que estão por chegar. Sim, anos melhores virão, temos que ser otimistas.

Mérito para a Ceriluz, que investiu na construção de usinas, na ampliação de sua primeira subestação em Ijuí, na construção de uma nova subestação em Santo Augusto e na melhoria das redes de distribuição. Mérito para o conjunto dos gestores do setor elétrico regional, incluindo a CEEE, que melhorou a Subestação Ijuí 01; a Eletrosul, que implantou a Subestação Ijuí 02, conectada a uma rede de 230 mil Volts e o DEMEI, que também construiu uma subestação própria. O soma de todas essas ações dá tranquilidade aos consumidores locais, situação que até poucos anos era muito diferente.

Volto a dizer: anos melhores virão! Para a Ceriluz 2016 já foi um ano muito bom, mas com certeza outros setores enfrentaram momentos difíceis. Queremos que o ano de 2017 seja mais favorável, até porque, se for, sairemos ganhando também. E quando a bonança chegar estaremos preparados para atender a demanda. Apesar da folga atual, com certeza, não nos descuidaremos. Aliás, projetos já estão em andamento e a estrutura será melhorada ainda mais, agora em outras regiões dentro da nossa área de atuação. O associado pode ficar tranquilo, assim como nós estamos. Com tempo bom ou ruim, seja falando em clima, seja falando em economia, tem na energia da Ceriluz um sinônimo de segurança para investir.

Iloir de Pauli – Presidente

2016, O ANO DO CINQUENTENÁRIO

Um aniversário, normalmente, é comemorado num dia específico, no caso da Ceriluz, no dia 20 agosto. No entanto, um aniversário marca a passagem de um ano. E foi assim que a Ceriluz optou por comemorar o seu aniversário de 50 anos, em 2016. Além do evento de aniversário que contou com o lançamento do livro Ceriluz 50 Anos – Energia para a Vida, realizado no dia 19 de agosto, um conjunto de outras ações foram idealizadas para o período de janeiro até agosto de 2016. Para isso, foi lançado o Projeto Ceriluz 50 Anos – Energia para a Vida, que organizou várias atividades junto a colaboradores e associados. As ações realizadas caracterizam a forma de atuação da Cooperativa, que trabalha em prol dos cooperados. Neste período de doze meses foram inauguradas obras que se refletem em qualidade no fornecimento de energia e foram promovidos eventos de cunho social, que visam fortalecer a qualidade de vida das famílias assistidas pela Ceriluz. A seguir destacamos alguns dos eventos que marcaram esse ano histórico para a Ceriluz:

17.03.2016 – Inauguração da PCH RS-155

A Ceriluz realizou ato oficial de inauguração da Pequena Central Hidrelétrica RS-155 no dia 17 de março, com a presença de diretores, conselheiros, associados, colaboradores e autoridades, na Casa de Máquinas Principal da usina. A inauguração foi um ato de entrega da usina aos associados e homenageou os funcionários da Cooperativa que participaram efetivamente de todas as suas etapas, inclusive elaborando o projeto executivo. A PCH RS-155 é uma usina projetada por engenheiros da Ceriluz, com uma capacidade instalada de 5,9 MW.

15.04.2016 – Inauguração da Subestação Reinholdo Luiz Kommers

A Cooperativa inaugurou no dia 15 de abril de 2016, a Subestação Ceriluz 01, localizada na comunidade de Chorão, em Ijuí. Considerando que essa subestação entrou em operação no ano de 2003, a ação teve o objetivo principal de homenagear um dos principais nomes entre as pessoas que fazem parte da história da Cooperativa e consistiu em nominar a estrutura elétrica como Subestação Reinholdo Luiz Kommers, que presidiu a Cooperativa no período de 1966 a 1970. Para perpetuar a ação foi descerrada no local uma placa comemorativa, que destaca, além da homenagem ao ex-presidente, o nome dos conselheiros e técnicos da Cooperativa que participaram da construção da Subestação.

25.05.2016 – Inauguração Subestação Aparício Piccinin

No dia 25 de maio a Ceriluz inaugurou sua segunda subestação, localizada na comunidade de São Jacó, em Santo Augusto. O objetivo foi entregar à comunidade regional a nova subestação que estava em operação desde julho de 2015. O ato concretizou também uma homenagem a um ex-presidente da Ceriluz, uma vez que a subestação passou a ser denominada de Subestação Aparício Piccinin, que foi presidente da Ceriluz no período de 1980 a 1991, além de conselheiro nas gestões dos presidentes Nilo Bonfanti (entre 1970 e 1980) e de José Barasuol (de 1995 a 2005). Com uma potência de 10 Megavolt-ampére (MVA) a subestação traz mais segurança para os associados, que a partir de agora poderão ampliar seus investimentos considerando a capacidade instalada da nova estrutura.

19.08.2016 – Lançamento do Livro do Cinquentenário

No dia 19 de agosto de 2016, véspera do seu aniversário de 50 anos, a Ceriluz realizou evento festivo no Salão de Atos da Cooperativa, junto à Afucoper, em Ijuí. Em jantar comemorativo reuniu

colaboradores, conselheiros, associados, prefeitos e representantes de entidades de Ijuí e região, onde lançou o Livro Ceriluz 50 Anos – Energia para a Vida, de autoria do escritor Ademar Campos Bindé. Em suas 218 páginas o livro retrata os fatos mais relevantes dessa trajetória, nascida do idealismo e de ações de um grupo de produtores rurais do município de Ijuí, que alimentavam o sonho de usufruir dos benefícios da energia elétrica em suas propriedades.

1. VÁRIAS EMPRESAS E UM COMPROMISSO: O ASSOCIADO

A Ceriluz vem se expandindo significativamente nos últimos anos, em termos de resultados econômicos e também de infraestrutura. Um dos méritos para esse crescimento deve ser dado à regulamentação da Ceriluz Distribuição (Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda.) pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que exigiu uma reorganização estratégica para aproveitar as oportunidades do mercado. Para dar mais liberdade ao setor de geração - já que a distribuição segue normas rígidas - criou-se a Ceriluz Geração (Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento Social Ltda.), que ampliou seus horizontes, construindo diversas usinas, inclusive fora da região de ação da cooperativa matriz. Além da geração, a Cooperativa também se insere agora no ramo da internet, por meio da sua terceira empresa, a Ceriluz.Net (Ceriluz Provedores de Internet Ltda.). Mas ao fim, apesar de serem três organizações juridicamente distintas, atuam em comunhão, de forma intercooperativa, e na essência têm um único objetivo: a responsabilidade de levar serviços de qualidade aos seus associados que lhes deem condições de trabalho e bem estar social.

Na sequência apresentaremos o Relatório de Gestão da Ceriluz Distribuição, referente ao ano de 2016, o ano do Cinquentenário da Cooperativa.

2. CERILUZ DISTRIBUIÇÃO: COMPROMISSO COM A ENERGIA DE QUALIDADE

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – CERILUZ DISTRIBUIÇÃO – é responsável atualmente por levar energia elétrica a mais de 14,5 mil associados moradores em 23 municípios da região, das áreas rurais e urbanas, atendendo o agronegócio, indústrias, comércios e órgãos públicos. O número de associados cresce ano após ano com o incremento de novas unidades consumidoras, por associados já antigos ou novos que implantam suas casas e empreendimentos na região. No entanto, mais do que o número de cooperados, a demanda por energia se amplia estimulada pelo aumento do consumo individual dos associados que investem em suas propriedades, seja na área produtiva ou no conforto da família. Apenas nos últimos dez anos a Ceriluz Distribuição cresceu mais de 70% na sua distribuição de energia, totalizando 121 milhões kWh distribuídos no ano de 2016.

As equipes de trabalho prezam pela excelência e são compostas por técnicos especializados e engenheiros qualificados para atuar em momentos de adversidades, especialmente em períodos de dificuldades como a ocorrência de temporais. A Ceriluz possui o Centro de Operação da Distribuição, que funciona como uma central de comando de todo o sistema de distribuição de energia da Cooperativa, que hoje totaliza mais de 4,5 mil quilômetros de redes, compostos por postes de concreto e equipamentos de última geração, como transformadores e religadores automáticos. A cooperativa disponibiliza gratuitamente o telefone 0800 51 3130, durante 24 horas, por meio do qual o consumidor pode ligar para informar alguma queda de energia ou solicitar alguma informação relevante. Para atender bem seus consumidores e melhorar a comunicação com seus associados a Ceriluz possui ainda quatro escritórios que atendem por 40 horas semanais, além da Agência Virtual, que permite várias solicitações via o site da cooperativa: www.ceriluz.com.br.

3. DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA



O consumo de energia por consumidores irrigantes cresceu 140% em 2016.

Após apresentar queda na comercialização de energia elétrica em 2015, no ano de 2016 a Ceriluz voltou a apresentar crescimento na demanda. Os associados consumidores exigiram um fornecimento de energia 5,14% maior no ano que passou. Enquanto que em 2016 foram consumidos 121.240.387 milhões de quilowatts-hora (kWh), no ano anterior essa demanda havia sido de 115.308.639 milhões de kWh.

Esse crescimento teve como principal fomentador o setor primário, que além de representar a maior parcela da energia comercializada pela Ceriluz, 42,2%, também foi quem apresentou maior crescimento, alcançando o resultado positivo de 10,2%, totalizando 51.201.383 milhões de kWh exigidos. Esse resultado se torna ainda mais significativo considerando que entre os anos de 2014 e 2015 essa classe havia apresentado queda no consumo de 7,7%.

O crescimento do consumo de energia elétrica pelo agronegócio seguiu a lógica do clima. Enquanto que 2015 foi um ano muito favorável em termos de chuva, quando elas foram bem distribuídas durante os doze meses, em 2016 as precipitações não tiveram uma distribuição tão equilibrada. O grande impulso no consumo foi dado pelos consumidores irrigantes, cuja demanda cresceu 140,6%, passando de um consumo de 2,9 milhões de kWh em 2015 para 7,1 milhões de kWh em 2016. Além do consumo individual houve ainda o incremento de nove Unidades Consumidoras Irrigantes no ano passado.

Se compararmos o consumo mensal, o mês de dezembro apresentou a maior demanda, com um total de 12.157.676 milhões de kWh distribuídos, seguido de fevereiro, que alcançou os 10,9 milhões de kWh. O maior consumo de energia na Cooperativa, de forma geral, sempre se deu nos meses quentes. Entre os meses de janeiro e abril de 2016 o consumo médio foi de 10,4 milhões de kWh. Na sequência, entre maio e setembro, a média de consumo foi de 7,5 milhões de kWh. O

final do ano novamente teve crescimento no consumo, com média de 10,8 milhões de kWh consumidos entre outubro e dezembro.

A Classe Rural é seguida de perto pela Classe Industrial na demanda por energia e consumiu 38,8% do total da energia fornecida pela Ceriluz, totalizando 46.621.404 milhões de kWh exigidos, apresentando crescimento de 3,3% em relação ao ano de 2015.

As demais classes representam um consumo menor de energia, com destaque à Classe Comercial, cujo consumo foi de 11.518.105 milhões de kWh, queda de 6%, e a Residencial, que apresentou demanda de 3.307.335 milhões de kWh, crescendo 8,1%, em comparação ao ano anterior.

4. TARIFAS DE ENERGIA

As tarifas de energia da Ceriluz tiveram elevação no ano de 2016. Em reunião realizada pela diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) definiu-se um reajuste médio de 5,34%, que passou a valer a partir do dia 30 de julho. Para os consumidores de Baixa Tensão – rurais, residenciais urbanos, comerciais e algumas indústrias – o aumento médio foi de 6,62%, enquanto que para os consumidores de Alta Tensão – que consiste num grupo específico de consumidores industriais e comerciais – foi de 4,23%.

Especificando, no caso da tarifa de energia da Classe Rural, que compreende mais de 11 mil associados, ela hoje é praticamente a mesma que a Cooperativa aplicava sobre as contas de energia no ano de 2003, quando os associados rurais pagavam R\$0,252 o quilowatt/hora. Após o reajuste, em 2016, a tarifa passou a ser de R\$ 0,254 o kWh, o que equivale a uma variação de 0,67%. Comparando a nova tarifa com a tarifa de 2015, quando era de R\$0,237 o kWh, o aumento na Classe Rural foi de 7,07%. Nas demais classes consumidoras Baixa Tensão, incluindo consumidores residenciais, industriais, comerciais e órgãos públicos, as tarifas passaram de R\$ 0,344 o kWh para 0,363 o kWh.

O último reajuste tarifário foi baseado na nova metodologia adotada pela Aneel para as Permissionárias de Serviço Público, que adota uma forma de cálculo mais apropriada para as cooperativas, considerando suas características de valorização e participação dos associados. Pela nova metodologia a agência entende que as cooperativas devem ter maior autonomia para definição das tarifas, respeitando os interesses dos associados e a realidade de custos operacionais da organização, uma vez que os associados participam das decisões tomadas.

5. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

A qualidade na energia distribuída é reflexo dos investimentos feitos nas redes de distribuição de energia, seja nas redes principais, as chamadas redes alimentadoras, sejam em obras pontuais que atingiram comunidades ou pequenos grupos de associados. Ao longo de 2016 foram inúmeros os investimentos, os quais, nem todos serão citados aqui.

Para exemplificar estes investimentos destacamos a conclusão de mais uma etapa do projeto de melhoria no fornecimento de energia na região Norte da área de atuação da Ceriluz, mais especificamente nos municípios de Santo Augusto, Chiapetta e Nova Ramada, projeto que é bem representado pela Subestação Aparício Piccinin, de 10 Megavolt-Ampére (MVA), que está em operação desde julho de 2015.

A primeira etapa do projeto incluiu 10 quilômetros de um alimentador duplo e mais quatro km de um alimentador simples, concluídos em novembro de 2015, atingindo especialmente o interior dos municípios de Santo Augusto e Nova Ramada. O segundo alimentador, finalizado em 2016, totalizou outros 16 quilômetros de rede dupla, passando mais uma vez pelo município de Santo Augusto e se estendendo até as comunidades de As Brancas e São Judas, em Chiapetta.

Esta nova linha alimentadora exigiu um investimento aproximado de R\$ 1,3 milhões e beneficiou 190 famílias de forma direta, que receberão energia de melhor qualidade.

O projeto inclui uma nova expansão, que se estenderá para o município de Inhacorá e, até o final do projeto, o setor técnico estima que aproximadamente duas mil unidades consumidoras sejam beneficiadas, especialmente propriedades agropecuárias que dependem dessa energia para implantar melhorias, como pivôs de irrigação central, característicos nos municípios beneficiados.

6. NORMATIZAÇÃO

Além dos investimentos em redes, outro importante fator que garante melhorias na distribuição de energia, é a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados, assim como as metodologias de trabalho, que ainda garantem a segurança aos colaboradores envolvidos. Nesse ponto, a Cooperativa segue inovando, buscando estar adequada às normas internacionais vigentes sobre o trabalho do setor elétrico. Abaixo, destacamos algumas das normativas vigentes na Cooperativa, que qualificam a prestação dos seus serviços.

6.1 - Padronização FECOERGS

A Ceriluz participa do programa de Padronização da Federação das Cooperativas de Energia, Telefonia e Desenvolvimento Rural do Rio Grande Sul – FECOERGS, cujo objetivo principal é unificar os métodos de trabalho das cooperativas que integram o sistema. São realizados encontros constantes que focam o planejamento de procedimentos, elaborados para atender as normativas dos órgãos competentes e o padrão internacional de serviços no setor elétrico. O Programa de Padronização da Fecoergs possui mais de 400 documentos com procedimentos elaborados, os quais as 23 cooperativas filadas à federação seguem. As inovações implantadas são repassadas aos colaboradores das áreas técnicas por meio de qualificações rotineiras nos centros de treinamento próprios da federação.

6.2 - ISO 9001

A Ceriluz está em fase de implantação da ISO 9001, que tem como objetivo principal propor normas internacionais de qualidade em todos os campos técnicos, procedimentos e processos realizados pela Cooperativa. Os parâmetros e normas da ISO estão sendo gerados com o apoio da empresa de consultoria RM Guidarini. Após um período de reuniões e discussões com representantes dos setores para idealizar as propostas de qualidade, a direção da Ceriluz autorizou a sua implementação de todas as definições e conteúdos até aqui produzidos, com destaque especial para o organograma, fluxogramas, descrição de cargos e, principalmente, os critérios da qualidade, ou seja, as ações que competem a cada equipe visando atingir os objetivos propostos.

6.3 - Resolução 414

Em maio de 2010 a cooperativa assinou o contrato de Permissionária de Serviço Público. A assinatura tornou a cooperativa regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e

assim sendo, ela passa a cumprir uma série de normativas, dentre as quais se destaca a Resolução Normativa 414, de 09 de setembro de 2010. Após um período de adaptação e qualificação dos colaboradores da Ceriluz, as normas passaram a ser aplicadas no dia a dia e, muitas delas, atingem diretamente aos associados. Esta resolução está dividida em 17 capítulos e 131 páginas, onde trata, por exemplo, das unidades consumidoras, atendimento, modalidades tarifárias, medição e faturamento, responsabilidades da distribuidora e do consumidor, entre outros pontos.

6.4 - Normas Regulamentadoras

Além das diretrizes citadas anteriormente, que se refletem mais especificamente na qualidade dos serviços prestados, a Ceriluz segue ainda as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), relativas à segurança e medicina do trabalho, que são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Entre as normativas seguidas pela Ceriluz estão a NR 05, que trata da instalação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); a NR 06, sobre uso de Equipamentos de Proteção Individuais e Coletivos; a NR 10, referente à Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; a NR 12, que regulamenta o uso de Máquinas e Equipamentos e a NR 35, que relaciona os cuidados na prática de trabalhos em Altura.

6.5 - Regulamento de Instalações Consumidoras Baixa Tensão

Além das diretrizes específicas para a prestação dos serviços, a Cooperativa também adere ao Regulamento de Instalações Consumidoras Baixa Tensão – RIC/BT, documento que define normas para a implantação do quadro de medição de energia, com reflexos para o consumidor. Desde 2007 a Ceriluz adota a normatização definida pelas cooperativas gaúchas, coordenadas pela Federação das Cooperativas de Energia, Telefonia e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul - FECOERGS. O objetivo principal dessa normatização é atender da melhor maneira possível os associados, tanto no quesito qualidade do fornecimento de energia, quanto da segurança das unidades consumidoras.

7. ÍNDICE ANEEL DE SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR

A Ceriluz integra as cooperativas e concessionárias de energia que são avaliadas anualmente pelo Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC). Em 2016 o resultado da pesquisa foi divulgado no dia 23 de novembro, quando a média geral de satisfação da Ceriluz foi de 86,75%, resultado que supera o índice de aprovação em relação a 2015, quando foi de 78,73%. Com esse resultado a Cooperativa é a quinta melhor distribuidora do Brasil. A primeira colocada foi a coirmã gaúcha Cermisões, de Caibaté, que alcançou uma média geral de 89,38% de aprovação. As cooperativas mais uma vez superaram a os índices das concessionárias de energia, cuja melhor nota foi da empresa Mux Energia, de Tapejara, cuja média foi de 84,28%. A média geral de todas as cooperativas foi de 70,89% de aprovação, enquanto das concessionárias foi de 64,86%.

A direção da Ceriluz avaliou de forma positiva o resultado, principalmente porque ocorreu um aumento de 10,18% no índice de aprovação, objetivo principal, resultado de investimentos realizados na infraestrutura da Cooperativa, com a ampliação da capacidade e a construção de novas subestações e alimentadores.

Foi o terceiro ano que o Prêmio IASC é realizado entre cooperativas e engloba um número restrito de associados urbanos. Na área de atuação da Ceriluz foram visitados associados das cidades de

Coronel Barros e Ijuí, sendo 37 Unidades Consumidoras (UCs) no primeiro município e 26 no segundo.

8. QUALIFICAÇÃO E SEGURANÇA

Considerando o setor em que a Ceriluz atua, da Energia Elétrica, há uma preocupação mais que especial por parte da Cooperativa com o tema Segurança no Trabalho. Os funcionários recebem todos os Equipamentos de Segurança Coletivos (EPCs) e Individuais (EPIs) recomendados pelas normas técnicas, ferramentas adequadas e revisadas regularmente e veículos em condições de uso. Isso é fundamental considerando que os eletrotécnicos que atuam em redes de distribuição enfrentam as condições mais adversas imagináveis, como temperaturas extremas (frio e calor), chuva, vendavais, entre outros.

A disponibilidade destes materiais, no entanto, por si só não é garantia de segurança total no trabalho. Dois outros fatores são necessários e estão entre as prioridades da Ceriluz: o treinamento para que os funcionários saibam utilizar os devidos equipamentos de forma correta e a conscientização da importância do uso dos mesmos. Atividades frequentes são realizadas neste sentido visando cuidados com choques elétricos, quedas de postes, acidentes automotivos, entre outros.

8.1 – Eleição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

Visando evitar a ocorrência de acidentes nos locais de trabalho, a Ceriluz Distribuição, conta com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), formada por oito membros titulares e seis suplentes, escolhidos entre os colaboradores e divididos entre titulares e suplentes. O número de componentes é definido pela quantidade de colaboradores da empresa e pela atividade econômica desempenhada. No caso da Ceriluz, ela está enquadrada no grau de risco 03, numa grade que vai de 01 a 04, sendo 04 o mais vulnerável a acidentes. Nos dias 25 e 26 de abril os integrantes da CIPA receberam treinamento ministrado pelo técnico em segurança no trabalho, Sidinei Possani, da SP Treinamentos e Consultoria. Os temas abordados incluíram a identificação de riscos no ambiente de trabalho, a orientação e educação preventiva, a investigação de acidentes, entre outros. A implantação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes é definida pela Norma Regulamentadora NR - 5, da Portaria número 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O mandato da CIPA tem duração de um ano, devendo ser realizada nova eleição após esse período. Além dos membros da comissão, a Ceriluz possui também técnicos em segurança no trabalho voltados a cuidar da saúde e integridade física dos colaboradores.

8.2 - Semana Interna de Prevenção de Acidentes

Entre os dias 28 de novembro e 02 de dezembro de 2016 foi realizada a XV Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho - SIPAT. A realização das atividades de conscientização é regulamentada pela legislação trabalhista, na Portaria nº 3.214, NR-5 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), como atribuição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA e ao setor de segurança no trabalho. As ações seguiram a linha de pensamento das comemorações dos 50 anos da Ceriluz, quando os organizadores optaram por adotar o tema Energia para a Vida! A programação incluiu diversas palestras, focando a motivação pessoal, o cuidado com a saúde e a adoção de procedimentos de prevenção de acidentes no trabalho.

8.3 - Reciclagem da Norma Regulamentadora 10

No ano de 2016 os colaboradores da área técnica da Ceriluz enfrentaram reciclagem sobre a Norma Regulamentadora (NR) 10, que trata das regras de segurança no trabalho com energia elétrica. O treinamento foi orientado pelo eletrotécnico Alexandre Coutinho da Paz, profissional que presta consultoria via Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e que atende, não só a Ceriluz, mas as demais cooperativas filiadas à FECOERGS. Os funcionários são treinados com base nas necessidades e na realidade de trabalho no dia a dia, relembrando os procedimentos para evitar acidentes com eletricidade e reforçando o uso dos equipamentos de proteção individuais e coletivos. O curso foi organizado pelo Setor de Segurança no Trabalho da Ceriluz com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP/RS.

9. FROTA

A qualidade dos serviços prestados pela Ceriluz depende de várias questões. Além da qualificação dos colaboradores que trabalham nas redes, está entre os fatores decisivos a condição dos veículos utilizados por estes. Por isso a Cooperativa tem entre suas prioridades realizar investimentos constantes na manutenção e renovação de sua frota. Atualmente são cinco caminhonetes disponíveis para as equipes de plantão, sediadas em diferentes cidades da área de atuação, sendo que destas, quatro foram adquiridas recentemente, dentro de um plano estratégico de atualização da frota. As novas caminhonetes Chevrolet S-10, além do modelo renovado, apresentam um diferencial em relação às anteriores: a Cooperativa investiu na instalação de uma carroceria diferenciada para atender às necessidades dos técnicos que as utilizam, composta por compartimentos que facilitam a organização e transporte dos materiais, ferramentas e equipamentos de proteção individual e coletivos necessários para a segurança dos colaboradores.

Além das caminhonetes a Cooperativa possui outros cinco caminhões usados para a manutenção e construção das redes, incluindo três caminhões Munck, um convencional e outro usado pela equipe de Linha Viva, que oferece condições de segurança para os eletrotécnicos atuarem com a rede energizada. Somam-se a estes veículos ainda carros menores para o apoio às equipes técnicas e de uso do setor administrativo. Os veículos enfrentam revisões periódicas, a cada dez mil quilômetros, para estarem sempre em condições de atender as chamadas dos associados.

9.1 - Novo caminhão Guindauto

A mais recente aquisição da Ceriluz, concretizada em 2016, foi um caminhão destinado à construção e manutenção de redes, que irá qualificar os serviços prestados pela Cooperativa ao ampliar a frota de trabalho. O novo veículo também garante mais segurança aos eletricitistas operadores, por estar totalmente adequado à Norma Regulamentadora NR-12, que define “referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e de utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos [...]”. Pela regulamentação estes equipamentos precisam ter dois comandos: um comando remoto (controlado sem fio) que permite o operador manobrar o guindauto de qualquer posição dentro de uma distância de até 30 metros do veículo, inclusive de dentro do cesto de transporte do eletricitista, quando este estiver acoplado; e um comando fixo ao guindauto, que serve para uso secundário, quando por alguma razão não for possível usar o comando remoto. Os colaboradores que estão atuando com este veículo passaram por um treinamento para sua operação.

10. CUIDADOS AMBIENTAIS



Técnicos da Cooperativa fazem a poda parcial ou a retirada total de árvores quando estas ameaçam as redes.

O contato entre árvores e cabos de distribuição de energia está entre os fatores responsáveis por interrupções no fornecimento de energia, principalmente em dias de temporais, mas também nos dias bons. Além de trazer transtornos para os associados, que ficam sem energia por tempo indeterminado, também são um desafio para os técnicos da Cooperativa para identificar o motivo da queda e o local onde o contato está acontecendo. Por isso, sempre que constrói uma rede ou quando faz a manutenção, a Ceriluz atua preventivamente e realiza a poda ou mesmo o corte de árvores sob as redes. Para isso, contudo, possui Licença Ambiental que permite a supressão de plantas nativas e exóticas sob as redes numa faixa de dez metros de largura, tendo a rede de distribuição como referência central. A autorização é gerada pelo Departamento de Biodiversidade (DEBIO) órgão ligado à Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio Grande do Sul. Ela é emitida pela agência localizada no município de Santo Ângelo, considerando que as redes da Cooperativa alcançam 23 municípios regionais.

11. AÇÕES SOCIAIS

Ao completar 50 Anos a Ceriluz demonstrou ser uma cooperativa consolidada no setor elétrico nacional, com uma infraestrutura qualificada e adequada às necessidades de seus associados. Após períodos de maior dificuldade, a partir do novo século, a cooperativa conseguiu assumir um novo papel na comunidade, além de supridora de energia. Passou a promover várias atividades de finalidade social, com projetos na área de educação, saúde e seguridade. Para englobar essas novas prioridades a Cooperativa criou o Programa Além da Energia, que desenvolve vários diferentes projetos, conforme descreveremos na sequência.

12.1 - Projeto de Formação e Educação Cooperativista

Anualmente a Ceriluz realiza encontros de comunidade entre seus associados onde leva para discussão diferentes temas, às vezes voltados à economia rural, outras para o desenvolvimento humano. Neste ano de 2016, entre os dias 18 e 20 de maio e 01 e 03 de junho, a Ceriluz promoveu mais uma série de dez encontros de comunidade junto aos seus associados, quando foi ministrada a palestra “Casamento, uma relação de gratidão”, pelo palestrante Marcel Scalco, especialista em desenvolvimento humano. A palestra voltou sua atenção para o relacionamento entre casais, abordando alguns pontos fundamentais para a melhoria da convivência. Entre estes pontos, a necessidade de aprender a conviver com os sentimentos, inclusive aqueles que denominamos como ruins, como a tristeza, o medo e a raiva.



Maio e junho de 2016 – Encontros de Comunidade 2016

12.2 - Plano Ceriluz/Unimed

Por meio de parceria com a Unimed Noroeste/RS os associados da Ceriluz têm a oportunidade de usufruir de um plano ambulatorial de boa qualidade, podendo assim, cuidar de sua saúde, pensando principalmente na prevenção de doenças. Um dos diferenciais do plano é o seu valor, reduzido se comparado aos planos tradicionais do mercado. Atualmente o associado da Ceriluz pode aderir ao plano a um custo de R\$81,18 por usuário. O plano está disponível para associados da Ceriluz, que podem cadastrar ainda seus dependentes como cônjuge e filhos. Em 31 de dezembro 4.745 pessoas usufruíam deste benefício oferecido pela Ceriluz por meio de seu Programa Além da Energia, com incremento de 15 novos beneficiários em relação a 2015. Mesmo sendo um plano ambulatorial, sem cobertura para internações, a iniciativa possibilita aos usuários a realização de consultas com os médicos cadastrados e os mais variados exames clínicos.

Beneficiários 2016: 4.745

Beneficiários 2015: 4.730

Beneficiários 2014: 4.644

12.3 - Seguro Residencial

A vida das pessoas é feita de muita luta, conquistas e, infelizmente, algumas vezes, de perdas. Uma de nossas maiores conquistas também é a que está mais vulnerável a sinistros: nossa casa. É pensando nisso que a Ceriluz mantém parceria com a Seefeld Seguros, que juntas oferecem um Seguro Residencial aos associados da Cooperativa. Esse benefício social passou a ser ofertado em 2006 e completou dez anos juntamente com o cinquentenário da cooperativa. O diferencial do seguro é o valor do prêmio a ser pago mensalmente pelo associado, de R\$5,99, valor muito abaixo do que é oferecido no mercado. Em 31 de dezembro de 2016 eram 3.104 associados segurados, sendo que em 2016 foram 15 novas adesões. O seguro garante a cobertura de até R\$35.000,00 em caso de incêndio e explosão ou R\$ R\$3.000,00 para estragos causados por vendavais ou granizo.

Beneficiários 2016: 3.104

Beneficiários 2015: 3.091

Beneficiários 2014: 3074

12.4 - Projeto Atitude Limpa

O projeto Atitude Limpa tem por objetivo promover ações que estimulem o consumo consciente da energia elétrica e a redução dos impactos ambientais da Cooperativa e de seus públicos, nas atividades diárias. Por meio dele, em 2016, A Ceriluz visitou um total de seis escolas no segundo semestre, onde ministrou a palestra Ceriluz 50 Anos – Energia para Vida. Foram visitadas as escolas Santana, do Distrito de Santana, e a escola 24 de Fevereiro, da Vila Chorão, ambas de Ijuí; Dom Pedro I, de Nova Ramada; Miguel Burnier, de Coronel Barros; Miguel Couto, de Rosário, em Augusto Pestana e Pedro Costa Beber, de Bozano, atingindo estudantes do 5º ao 9º ano do ensino fundamental. A palestra fez um relato sobre o desenvolvimento da Ceriluz ao longo de seus cinquenta anos e apresentou a sua infraestrutura - usinas, subestações e redes - e o caminho que a energia segue das unidades geradoras até a casa do consumidor. Outro aspecto em destaque é a orientação sobre o uso adequado da energia e informações sobre segurança no manuseio de equipamentos elétricos. Nas ocasiões também foram doados exemplares do livro Ceriluz 50 Anos – Energia para a Vida, que passaram a fazer parte do acervo das bibliotecas destas escolas.

12.5 - Mês da Cooperação

No mês de junho a Ceriluz promoveu o Mês da Cooperação, que teve como objetivo incentivar ações de voluntariado e marcar a passagem do Dia Internacional do Cooperativismo, comemorado em 02 de julho. Sob o lema “Coopere com a Vida, doe sangue e agasalhos!” estimulou a prática de doação entre seus públicos: colaboradores e associados. Por meio de seus veículos de comunicação institucionais e redes sociais promoveu a doação para o Banco de Sangue do Hospital de Caridade de Ijuí (HCI) e arrecadou roupas e calçados usados para serem repassados a entidades assistenciais. Os agasalhos arrecadados foram doados para a Liga Feminina de Combate ao Câncer, de Ijuí. As roupas e calçados tiveram dois destinos: aquecer pessoas enfermas, que receberão diretamente as doações e a venda num brechó solidário que a liga realiza semanalmente com o objetivo de levantar

recursos voltados a atender outras necessidades dos pacientes, como alimentos, suplementos alimentares e remédios.

12. NOVA SEDE CERILUZ

Ao longo do tempo as empresas crescem e tendem a buscar sempre melhorar sua estrutura de atendimento e logística de forma a facilitar o acesso por parte de seus clientes e também dar mais agilidade na prestação de seus serviços ou entrega de produtos. A Ceriluz está crescendo e a direção está trabalhando para melhorar suas condições de atendimento mudando sua sede do centro de Ijuí para a região perimetral à cidade.

A Cooperativa adquiriu uma nova área, muito maior e mais adequada para suas necessidades, ao lado da BR 285, próximo ao trevo do Hospital Bom Pastor. Trata-se de um terreno de aproximadamente 30 mil m², que, além de estruturas físicas prontas, oferece mais espaço para estacionamento de veículos e armazenagem de materiais e equipamentos. Comparativamente, o espaço que a Ceriluz dispunha no centro de Ijuí era de aproximadamente quatro mil m², somadas as áreas da sede administrativa e também do estacionamento.

Atualmente a Cooperativa vem trabalhando na adequação do novo espaço para transferir todos os seus colaboradores para a nova sede, com a expectativa de fazê-lo em 2017. A parte operacional, que inclui todas as equipes técnicas de construção e manutenção de redes, setor de compras, almoxarifado e segurança no trabalho, já está toda centralizada no novo endereço desde julho de 2014. O objetivo principal da mudança é permitir um melhor atendimento das demandas técnicas por parte dos associados, facilitando o deslocamento das equipes com seus veículos na prestação dos serviços, tornando desnecessário o tráfego dentro da cidade de Ijuí, ganhando tempo na solução de ocorrências. Outro fator importante para a decisão foi a legislação de trânsito que hoje regulamenta o deslocamento de veículos e equipamentos pesados nas cidades.

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
SOCIETÁRIAS***

1. BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO**COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA**
CNPJ: 87.656.989/0001-74

Valores apresentados em milhares de Reais (R\$).

ATIVO	NE n°	REAPRESENTADO	
		31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE		11.801	8.003
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	535	1.257
Consumidores	7	5.632	4.088
Outros Recebíveis	13	1.010	1.048
Tributos Compensáveis	9	692	775
Ativos Financeiros	14	391	-
Estoques	10	554	294
Serviço em Curso	8	82	488
Despesas pagas antecipadamente	12	43	10
Títulos e Valores Mobiliários	11	2.862	43
NÃO CIRCULANTE		54.570	47.777
Tributos Compensáveis	9	700	812
Depósitos vinculados a litígios	23	5	7
Indenização Pela Concessão a Receber	15	1.485	925
Outros		181	181
Investimento	16	63	59
Imobilizado	17	1.795	1.038
Intangível	17	50.341	44.755
TOTAL DO ATIVO		66.371	55.780

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

2. BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
Valores apresentados em milhares de Reais (R\$).

PASSIVO	NE n°	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE		8.343	5.859
Fornecedores	18	1.055	1.025
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	1.232	1.083
Tributos e Contribuições	20	245	141
Empréstimos e Financiamentos	21	919	1.772
Outros Passivos Circulantes	22	2.851	550
Provisão para Litígios	23	7	12
Passivos Financeiros	24	1.265	-
Encargos Setoriais	25	769	1.276
NÃO CIRCULANTE		9.030	4.090
Empréstimos e Financiamentos	21	1.591	2.456
Provisão para Litígios	23	1.000	500
Outros Credores	26	1.001	1.134
Obrigações Vinculadas a Concessão		5.438	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27	48.998	45.831
Capital Social Integralizado		6.649	6.648
Reservas de Capital		568	568
Reserva de Sobras		32.521	28.373
Reservas de Reavaliação		8.183	9.098
Sobra à Disposição da A.G.O.		1.077	1.144
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		66.371	55.780

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

3. DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS**COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74**

Valores apresentados em milhares de Reais (R\$).

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS	NE n°	31.12.2016	31.12.2015
Receita Operacional	29	54.180	50.435
Fornecimento de energia elétrica		42.855	37.559
Outras receitas operacionais		5.929	5.611
Receita de construção		5.396	7.265
Deduções da Receita Operacional	29	(13.676)	(10.877)
Tributos e contribuições sobre a receita		(7.985)	(6.434)
Encargos setoriais		(5.691)	(4.443)
Receita Operacional Líquida		40.504	39.558
Custo do Serviço	30	(30.526)	(30.816)
Custo da energia elétrica		(12.861)	(12.463)
Custo de operação		(12.269)	(11.088)
Custo de construção		(5.396)	(7.265)
Despesas Operacionais	31	(5.258)	(4.134)
Despesas operacionais		(5.258)	(4.134)
Resultado do Serviço (líquido)		4.720	4.608
Resultado Financeiro		69	(121)
Receita financeira		602	450
Despesa financeira		(533)	(571)
Resultado Antes dos Tributos Sobre a Sobra/Lucro		4.789	4.487
Tributos sobre o lucro corrente		(166)	-
CSLL		(50)	-
IR		(116)	-
Sobra Líquida do Exercício		4.623	4.487

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

4. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA****CNPJ: 87.656.989/0001-74****Valores apresentados em milhares de Reais (R\$).**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	31.12.2016	31.12.2015
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	4.623	4.487
Resultado com Associados	4.237	4.487
Resultado com Terceiros	386	-
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	915	838
Realização de Reservas Reavaliação	915	838
RESULTADO ABRANGENTE	5.538	5.325

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

5. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

Valores apresentados em milhares de Reais (R\$).

CONTAS MUTAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS	LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31.12.2014	6.648	568	9.936	34.260	1.523	52.935
Sobras Líquidas do Exercício	-	-	-	-	1.144	1.144
Realização do Capital	1	-	-	-	-	1
Realização Reserva Reavaliação	-	-	(838)	-	-	(838)
Realização Reserva Estatutária	-	-	-	(11.000)	-	(11.000)
Aplicação FATES	-	-	-	(609)	-	(609)
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	-	(1.523)	(1.523)
Destinação Estatutária das Sobras	-	-	-	5.721	-	5.721
Saldo em 31.12.2015	6.649	568	9.098	28.373	1.144	45.831
Sobras Líquidas do Exercício	-	-	-	-	1.077	1.077
Realização do Capital	0	-	-	-	-	0
Realização Reserva Reavaliação	-	-	(915)	-	-	(915)
Realização Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	-
Aplicação FATES	-	-	-	(549)	-	(549)
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	-	(1.144)	(1.144)
Destinação Estatutária das Sobras	-	-	-	4.698	-	4.698
Saldo em 31.12.2016	6.649	568	8.183	32.521	1.077	48.998

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIR. PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

6. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC – MÉTODO DIRETO**COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA****CNPJ: 87.656.989/0001-74****Valores apresentados em milhares de Reais (R\$).**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC	2.016	2.015
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Arrecadação Venda de Energia	48.110	42.806
Arrecadação TUSD Consumidores Livres	371	185
Serviço Taxado	8	7
Recebimento de Subvenção Baixa Renda	6.282	6.120
Outros Recebimentos Operacionais	3.098	590
Fornecedores - Materiais e Serviços	(9.972)	(6.710)
Fornecedores - Energia Elétrica	(12.861)	(9.762)
Salários e Encargos Sociais	(9.155)	(7.966)
Tributos sobre a Receita - Federais	(896)	(553)
Tributos sobre a Receita - Estaduais	(6.467)	(5.382)
Encargos de Transmissão	(1.687)	(1.366)
Demais Encargos Regulatórios	(5.685)	(3.746)
Outras Despesas Operacionais	(1.336)	(1.961)
Impostos, taxas e contribuições	(649)	(863)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	9.161	11.399
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Alienação de Imobilizado	135	10
Recebimento Líquido de Receitas Financeiras de Aplicações Financeiras	4	276
Resgates/ Recebimentos de Ativos Financeiros - Amortização e Juros	5	506
Saque para Aplicações em Ativos Financeiros	(2.460)	(508)
Aquisição Bruta de Imobilizado	(3.944)	(5.466)
Participação Financeira do Consumidor em Obras	996	1.175
Outras Movimentações de Investimentos	(1.145)	-
Caixa Líquido Provenientes das Atividades de Investimentos	(6.409)	(4.007)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos – Longo Prazo	-	2.141
Empréstimo Concedido	(1.315)	(17.588)
Recebimento de Empréstimo Concedido	-	10.469
Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - Curto Prazo	(1.373)	(1.485)
Principal	(980)	(982)
Encargos	(394)	(503)
Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - Longo Prazo	(785)	-
Principal	(785)	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	(3.474)	(6.463)
Caixa Líquido Gerado no Período	(722)	929
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.257	328
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	535	1.257
Variação das contas Caixa e Equivalentes a Caixa	(722)	929

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

7. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA**COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA****CNPJ: 87.656.989/0001-74****Valores apresentados em milhares de Reais (R\$).**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA	2016	2015
Ingressos/Receitas	54.171	50.435
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	41.978	37.559
Receita c/ Construção	5.396	7.265
Outras receitas	6.797	5.611
Insumos Adquiridos de Terceiros	24.806	24.601
Custo c/ Construção	5.396	7.265
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	16.085	15.089
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	3.325	2.247
VALOR ADICIONADO BRUTO	29.365	25.834
Depreciação, amortização e exaustão	2.187	2.078
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA EMPRESA	27.178	23.756
Valor Adicionado Recebido em Transferência	602	450
Receitas financeiras, aluguéis e royalties	602	450
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	27.780	24.206
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	6.985	6.703
Remuneração direta	4.782	4.713
Benefícios	1.488	1.377
Encargos Sociais - F.G.T.S. e PIS Folha	715	613
Impostos, taxas e contribuições	15.473	14.416
Federais	8.214	8.542
Estaduais	7.259	5.874
Remuneração de capitais de terceiros	533	570
Juros	533	570
Remuneração de capitais próprios	4.789	2.517
Lucros retidos	4.789	2.517
TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	27.780	24.206

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

8. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota 1 - Contexto Operacional

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como principal objetivo o desenvolvimento sócio/econômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados pessoas físicas ou jurídicas. A entidade é regida pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1.971 que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como finalidade a prestação de serviços aos seus cooperados nas localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a ANEEL.

Nota 2 – Contratos de Permissão

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

Nota 3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Milhares de Reais (R\$) e foi aprovada sua divulgação pelo Conselho de Administração na data 02/02/2017.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC na forma da NBC TG 1000, aprovada pela resolução 1.255/2009 do CFC. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender a legislação específica das permissionárias de energia elétrica emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos

contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, exceto quando especificado em contrário.

Nota 4 - Alterações em Práticas Contábeis

Com o advento da Lei nº 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vem sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade e convertidos em Normas Brasileiras de Contabilidade.

Nota 5 – Sumário das Principais Práticas Contábeis

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional da entidade é o real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

(c) Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na realização.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação as contas a receber de consumidores, a mesma é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidas a mais de 90 dias, da classe comercial vencidos a mais de 180 dias e da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

(e) Estoques

Os materiais em estoque de manutenção, classificados no ativo circulante e os materiais destinados a investimentos, classificados no ativo intangível em curso estão registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

(f) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses seguintes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(g) Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995). Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

(h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A amortização é calculada pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de outubro de 2015.

Os encargos de amortização, correspondentes à parcela de reavaliação de bens intangíveis, são registrados diretamente nas contas de despesas, sendo procedida a realização da reserva de reavaliação diretamente para a conta de sobras ou perdas do exercício.

Parte da amortização registrada na despesa é transferida para a respectiva conta redutora das Obrigações Especiais, apurando a taxa média de amortização dos ativos correspondentes e aplicando-a sobre o saldo das obrigações especiais.

(i) Obrigações Especiais

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios e Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em conjunto com a permissionária, conforme previsto na instrução contábil nº 6.3.14 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Inclui também os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Pesquisa e Eficiência Energética – PEE. Em atendimento à previsão do MCSE.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R3), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência,

e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

(k) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais incorridos até a data do balanço, pelo custo amortizado.

(m) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

(n) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(o) Apuração do Resultado

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(q) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES

As despesas com assistência técnica, educacional e social, realizadas no exercício, foram contabilizadas originalmente em contas de despesa. No encerramento do exercício, o respectivo valor foi revertido da conta do FATES para a conta Sobras ou Perdas do Exercício. As referidas despesas totalizaram R\$ 549 mil em 2016 e resultaram de pagamento de assistência médica, seguro de vida, estudos, treinamento e auxílio educacional aos colaboradores, e assistência médica, auxílio pecúlio e palestras aos associados, conforme permite a legislação.

(r) Regime de Tributação

O regime de tributação da Cooperativa é o Lucro Real.

Nota 6 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	2016	2015
Caixa	1	0
Depósitos Bancários	454	873
Numerário em Transito	80	83
Equivalentes de caixa	0	301
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	535	1.257

Nota 7 – Consumidores

Consumidores	Saldo Vincendos	Saldo Vencidos até 90 dias	Saldo Vencidos há mais de 90	Total	Provisão para devedores Diversos		Total a receber líquido	
					2016	2015	2016	2015
Residencial	135	48	10	194	(10)	(4)	184	166
Resid Baixa Renda	4	3	-	6	-	-	6	6
Industrial	1.526	31	11	1.568	(11)	(11)	1.557	1.425
Comercial	496	49	7	552	(7)	(5)	545	631
Rural	1.497	238	34	1.769	(31)	(29)	1.738	1.404
Poder Público	17	1	3	21	(3)	(2)	18	22
Ilum. Pública	13	-	-	13	-	-	13	14
Serviço Público	130	1	-	131	-	-	131	179
Não Faturado	1.183	-	-	1.183	-	-	1.183	-
Parcelamentos	67	5	4	76	(3)	(3)	73	40
Serviços Cobráveis	1	1	2	4	(2)	(2)	2	2
Outros Créditos	31	14	3	48	(2)	(3)	46	49
Participação Financeira	130	6	-	136	-	-	136	150
Total	5.230	397	74	5.701	(69)	(59)	5.632	4.088

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica e prestação de serviço aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi mensurada e reconhecida a partir dos parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor de R\$ 69 mil é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

Nota 8 – Serviços em Curso

	2016	2015
Manutenção de Redes	82	58
Administração	0	118
PEE	0	312
Total de Serviço Próprio em Curso	82	488

Nota 9 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis**Ativo Circulante**

	2016	2015
ICMS a Recuperar Curto Prazo	596	683
IRRF a Recuperar	96	92
Total de Tributos Compensáveis	692	775

Ativo Não Circulante

	2016	2015
ICMS a Recuperar Longo Prazo	700	812
Total de Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	700	812

Os créditos de ICMS a recuperar referem-se ao valor do ICMS pago na aquisição de imobilizados e intangíveis relacionados a atividade de Distribuição, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº102/2000.

Nota 10 – Estoque

Estoque	2016	2015
Almoxarifado de Manutenção de Redes	336	216
Almoxarifado da Oficina de Transformadores	41	75
Resíduos e Sucatas	177	3
Total de Estoque	554	294

Os materiais destinados a investimento no serviço permitido não estão registrados nesse grupo de contas, pois conforme preceitua o MCSE, na contabilidade regulatória os mesmos integram o ativo imobilizado em curso, por consequência na societária está compondo o Intangível em Curso.

Nota 11 – Títulos e Valores Mobiliários

A composição da conta Títulos e Valores Mobiliários é a seguinte:

	2016	2015
Banrisul Capitalização	46	37
BB Capitalização	1	6
Banco do Brasil	250	0
Banrisul RDB/CDB	400	0
Sicredi Catuipe	300	0
Sicredi Aug Pestana	1.865	0
Total	2.862	43

Nota 12 – Despesas Pagas Antecipadamente

A composição da conta das despesas pagas antecipadamente é a seguinte:

	2016	2015
Prêmio de Seguro de Veículos	18	8
Publicidade	25	3
Total	43	11

Nota 13 - Outros Recebíveis

	2016	REAPRESENTADO 2015
CDE Aneel	491	553
Empregados	115	126
Adiantamento a Fornecedores	128	89
Outros Devedores	12	72
Alienação de bens e direitos	20	8
Dispêndios a Reembolsar	80	18
Encargo de Uso da Rede Elétrica	14	13
Desativações e Alienações	150	169
Total	1.010	1.048

Nota 14 – Ativos Financeiros

Os valores se referem à constituição e registro dos componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário.

	2016	2015
Componentes Financeiros em Constituição	391	0
Total	391	0

Nota 15 – Indenização pela Concessão a Receber

	2016	2015
Em serviço		
Máquinas - Redes de Distribuição	1.245	685
Máquinas - Subestação CERILUZ 01	240	240
Total	1485	925

Tais ativos correspondem à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão o valor dos mesmos será objeto de indenização.

Nota 16 – Investimentos

O valor de recuperação do ágio sobre investimentos é avaliado anualmente de acordo com os critérios e métodos estabelecidos pela NBC TG 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para os exercícios sociais apresentados não foram identificadas quaisquer perdas por redução ao valor recuperável para os ágios da Cooperativa.

	2016	2015
Composição dos Investimentos em Sociedades Cooperativas		
Participação FECOERGS	1	1
Participação SICREDI Augusto Pestana	49	46
Participação SICREDI Catuípe	5	4
Participação CRESOL Santo Augusto	2	2
Total 1	57	53
Composição em Incentivos Fiscais		
Ações FINOR	3	3
Ações FINAM	3	3
Total 2	6	6
TOTAL (1+2)	63	59

Nota 17 – Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado em Serviço e em Curso

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995) e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

IMOBILIZADO	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL	
			2016	2015
Em Serviço:				
Edificações	65	(44)	21	22
Máquinas e Equipamentos	81	(19)	62	73
Veículos	1.531	(727)	804	613
Terrenos	40	-	40	40
Total	1.717	(790)	927	748
Em Curso:				
Adiantamento a Fornecedores	407	-	407	179
Máquinas e Equipamentos	19			
Móveis e Utensílios	5			
Veículo	404	-	404	78
A Ratear	33	-	33	33
Total	868	-	868	290
Total do Imobilizado	2.585	(790)	1.795	1.038

b) Intangível em Serviço e em Curso

INTANGÍVEL	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL	
			2016	2015
Em Serviço:				
Software	332	(258)	74	126
Máquinas e Equipamentos	57.957	(19.548)	38.409	36.869
Terrenos	0	-	0	0
Edificação	0	0	0	-
Total	58.289	(19.806)	38.483	36.995
Em Curso:				
Software	282	-	282	201
Máquinas e Equipamentos	8.274	-	8.274	5.908
Terrenos	18	-	18	18
Edificação	573	-	573	573
Materiais em Depósito	2.711	-	2.711	2.991
Adiantamento a Fornecedores	-	-	-	82
Total	11.858	-	11.858	9.773
Total do Intangível	70.147	(19.806)	50.341	46.768

Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução Normativa nº 691/2015 da ANEEL, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

c) ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão:

Essa instrução define a forma de contabilização dos ativos de concessões e permissões. O impacto nas Demonstrações Contábeis foi a transferência dos saldos do Ativo Imobilizado e das Obrigações Especiais para o Ativo Intangível referente ao direito de cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da Permissão), e eventual registro de um ativo financeiro, representando um direito incondicional da Cooperativa de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da permissão. Desta prática, a permissionária deve reconhecer receitas e custos na forma da Seção 23 da NBC TG 1000 (receitas) relativos a prestação de serviços de construções e melhoria na infraestrutura (serviços de construção e melhoria), desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção (nota 29 e 30) estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

d) Vidas Úteis e Taxas de Depreciação

Em 11 de agosto de 2015 a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 674, determinou a adoção de novas taxas de depreciação, às quais resultaram de estudos realizados para revisão da vida útil dos bens patrimoniais.

Os valores contabilizados como despesas de depreciação e amortização nos exercícios de 2016 e 2015 foram de R\$ 2.187 mil e R\$ 2.077 mil respectivamente.

Taxas de Depreciação (%)

Distribuição	(%)
Banco de Capacitores	6,67%
Chave de Distribuição	6,67%
Condutor do Sistema	3,57%
Estrutura do Sistema	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Religador de Tensão	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Medida	4,35%
Administração:	(%)
Equipamento Geral	6,25%
Direitos, Marcas e patentes - Software	20,00%
Edificação	3,33%
Veículos	14,29%

e) Redução ao valor Recuperável – Impairment

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões/permissões de serviço público, admitindo, por hora, e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final das concessões/permissões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente. Diante dessas premissas, a Cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para impairment.

Nota 18 – Fornecedores

Os Fornecedores estão assim distribuídos

	2016	2015
Encargos de Uso da Rede Elétrica	41	23
Suprimento de Energia	0	662
Materiais e Serviços	1.014	340
Total	1.055	1.025

Nota 19 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2016	2015
Tributos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte	278	222
Consignação em Favor da Concessionária	29	0
Provisão de Férias	925	861
Total	1.232	1.083

Nota 20 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher

Os Tributos e contribuições sociais a recolher estão assim distribuídos:

	2016	2015
Passivo Circulante		
ICMS a Recolher	144	57
CSLL a Recolher	11	0
IRPJ a Recolher	9	0
PIS s/ Faturamento	13	12
COFINS s/ Faturamento	59	58
I.S.S.Q.N. a Recolher	3	1
I.N.S.S. a Recolher	2	3
PIS/COFINS a Recolher	2	6
Imposto de Renda a Recolher	1	2
Contribuição Social a Recolher	1	2
Total	245	141

Nota 21 – Empréstimos e Financiamentos

Em 2016 não foram obtidos novos empréstimos, somente houve a contemplação de mais um consórcio junto ao Banrisul conforme contrato nº 75.314, com prazo de 60 meses, com carta de crédito total no valor de R\$ 56 mil, sendo que, já haviam sido pagas 49 parcelas totalizando R\$ 49 mil, dessa forma ainda restam a ser pagas 11 parcelas num total de R\$ 7 mil no curto prazo, conforme segue:

	Saldo Devedo	Encargos Financeiros em %		Vencimento no Curto Prazo		Vencimento no Longo Prazo	
		Em R\$	Em %	Total	Total	Total	Total 2015
Moeda Nac. –							
Eletróbrás	-	-	5% a.a	-	6	-	-
Ban. Finame	114	-	5,5% a.a	114	273	-	114
BB Giro Empresa	-	-	17,64% a.a	-	700	-	-
Banrisul BNDS Automático	2.371	11	TJLP + 4,9% a.a	780	780	1.591	2.337
Consórcio –	7	-	-	7	-	-	-
Consórcio	7	-	-	7	8	-	5
Total	2.499	11	-	908	1.767	1.591	2.456

a) Vencimento das Parcelas de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e consórcio têm vencimento nos anos seguintes:

	Em R\$	Em %
2018	780	50%
2019	811	50%
TOTAL	1.591	100%

Nota 22 – Outros Passivos Circulantes

	2016	2015
Consumidor	5	7
Outros Credores	2.846	543
Total de Outras Contas a Pagar	2.851	550

a) Consumidor:

Refere-se a consumidores (associados) da Cooperativa de Distribuição de Energia autorizam em documento junto ao setor de faturamento, uma autorização para debitar o valor de sua livre escolha para beneficiar a entidade de sua região, seguro residencial, energia recebida em duplicidade e compensações a consumidores.

b) A Conta Outros Credores:

Convênios de arrecadação de Iluminação pública firmado com as prefeituras, valores recebidos que estão em classificação e credores diversos e Refis.

No ano de 2010 a cooperativa foi autuada pela receita federal através do auto de lançamento nº 10108000/00295/10 devido a dedução da base de cálculo do valor das despesas administrativas e financeiras. Devido as chances remotas de reverter o auto de lançamento a Cooperativa aderiu ao Refis na forma da Lei 12.996 de 18 de junho de 2014 no qual pagará o referido débito em 180 vezes. O saldo a pagar referente ao Refis no curto prazo é de R\$ 87 mil.

Nota 23 – Litígio Trabalhistas:

A Cooperativa é parte envolvida em ações trabalhistas e está discutindo estas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da assessoria jurídica da Cooperativa.

Contingências	Valor Estimado 2016	Depósitos Judiciais 2016	Valor Líquido 2016	Valor Líquido 2015
Trabalhistas	1.000	0	1.000	500
Regulatórias	0	0	0	0
Cíveis	7	5	12	19
Total de Contingências	1.007	5	1.012	519

Foram constituídas provisões contábeis no montante de R\$ 1.007 mil para suportar eventuais perdas em processos cíveis e trabalhistas de caráter indenizatório, considerando o prognóstico de nossa assessoria jurídica.

A cooperativa tem outros processos que a assessoria jurídica indicou como possíveis de perda que somam o montante de R\$ 1.659 mil.

Nota 24 – Passivos Regulatórios

Os valores se referem ao registro da neutralidade dos encargos setoriais (Parcela “A”) - denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos

reconhecidos na Revisão Tarifária em relação ao mercado verificado, bem como, a provisão de constituição (em curso) de passivos regulatórios – componentes financeiros em relação ao próximo Reajuste Tarifário.

	2016	2015
Componentes Financeiros em Constituição	3	0
Componentes Financeiros Reconhecidos	2.524	0
(-) Amortização de Componentes Financeiros Reconhecidos	(1.262)	0
Total	1.265	0

Nota 25 – Encargos Setoriais:

	2016	2015
P&D - F.N.D.C.T.	0	11
P&D - M.M.E.	0	5
P&D - Empresa	66	155
Programa de Eficiência Energética - P.E.E.	224	566
Encargos CDE	316	529
Bandeiras Tarifárias	162	10
Total	769	1.276

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: foi criada através da Lei 10438/2002, no artigo 13, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo os seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária.

Nota 26 – Outros Credores

	2016	2015
Retenção Causas Trabalhistas	22	22
Refis	979	1.112
Total de Outras Contas a Pagar	1.001	1.134

b) Refis:

No ano de 2010 a cooperativa foi autuada pela receita federal através do auto de lançamento nº 10108000/00295/10 devido a dedução da base de cálculo do PIS/COFINS sobre o faturamento do valor das despesas administrativas e financeiras. Devido as chances remotas de reverter o auto de lançamento a Cooperativa aderiu ao Refis na forma da Lei 12.996 de 18 de junho de 2014 no qual pagará o referido débito em 180 vezes. O saldo a pagar referente ao Refis no longo prazo é de R\$ 1.001.

Nota 27 – Patrimônio Líquido

27.1. Capital Social

O Capital Social da Cooperativa, no valor de R\$ 6.649 mil é formado por cotas partes referente a 14.685 associados em 31 de dezembro de 2015.

27.2. Natureza e Finalidade das Reservas

a) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 45% (antes de 2014 30%) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído a partir de 2014 por 5% (antes de 2014 20%) das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica e social dos cooperados, seus dependentes, e dos próprios empregados. Sua constituição é estabelecida pela Lei 5.764/1971.

c) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e expansão do patrimônio, podendo ainda ser aplicado em todas as iniciativas que visem ao desenvolvimento social ou econômico da Cooperativa.

27.3. Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária

	2016	2015
Resultado do Exercício	5.771	5.719
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	386	0
Destinações de Caráter Legal Estatutário:	4.308	4.575
Fundo de Reserva Legal	2.423	2.573
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	269	286
Fundo de Manutenção e Expansão	1.616	1.716
Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária	1.077	1.144

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

Nota 28 – Instrumentos Financeiros

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 6;

Consumidores: apresentadas na nota 7;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 21.

b) Valor Justo

	2016		2015	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de
Caixa e Equivalentes de Caixa	535	535	1.257	1.257
Contas a Receber	5.632	5.632	4.147	4.147
Empréstimos e Financiamentos	2.510	2.510	4.228	4.228
Total	8.677	8.677	9.632	9.632

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros:				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	535	-	535
Contas a Receber	-	5.632	-	5.632
Total	-	6.167	-	6.167
Passivos Financeiros:				
Empréstimos e Financiamentos	-	2.510	-	2.510
Total	-	2.510	-	2.510

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que aplicadas aos seus passivos e ativo captados (aplicados) no mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando as despesas financeiras (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo), de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 29 – Ingressos/Receitas Operacionais

	2016	2015
Ingressos/ Receita Operacional Bruta:	54.180	50.435
Fornecimento de Energia Elétrica - TE	12.108	13.551
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD	29.564	24.008
Energia Não Faturada	1.183	-
Ativos/Passivos Regulatórios	(877)	-
Outras Receitas	6.806	5.611
Receita de Construção	5.396	7.265
Tributos sobre Ingressos/ Receita:	(7.985)	(6.434)
ICMS	(7.259)	(5.874)
COFINS	(589)	(460)
PIS	(128)	(100)
ISS	(9)	-
Encargos do Consumidor:	(5.691)	(4.444)
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	(5.278)	(3.444)
Programa Eficiência Energética - PEE	(59)	(146)
P&D	(68)	(148)
Bandeiras Tarifárias	(185)	(622)
TFSEE	(101)	(84)
Total dos Tributos sobre Ingressos/ Receita e Encargos do Ingressos/Receita Operacional Líquida	(13.676)	(10.878)
	40.504	39.557

a) Receita de Construção

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como receita. Em contrapartida, registramos também o custo correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

Nota 30 – Custo do Serviço

	2016	2015
Energia Elétrica Comprada para Revenda	7.246	7.413
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	5.615	5.050
TOTAL	12.861	12.463
Custos de Operação	2016	2015
Pessoal	6.925	6.428
Materiais	1.339	1.088
Serviços de Terceiros	1.355	1.125
Depreciações/Amortização	2.119	2.034
Outros Custos	431	413
TOTAL	12.269	11.088

Custos de Construção	2016	2015
Custo de construção	5.396	7.265
TOTAL	5.396	7.265

a) Custo de Construção

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como custo. Em contrapartida, registramos também a receita correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

Nota 31 – Dispêndios/Despesas

Dispêndios/Despesas	2016	2015
Pessoal e Administradores	1.865	1.844
Materiais	177	178
Serviços de Terceiros	1.234	711
Depreciações/Amortização	67	44
Outras despesas	1.915	1.357
TOTAL	5.258	4.134

Nota 32 – Seguros:

A cooperativa efetua a contratação de seguros para os seus veículos, utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais e seguro de vida para os colaboradores, de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

Nota 33 – Nota Explicativa DVA:

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte complementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09– Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Nota 34 – Nota Explicativa Conciliação entre Lucro Líquido e Fluxo de caixa:

Conciliação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa das atividades operacionais, conforme NBC TG 03 item 20A.

	2016	2015
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.572	(203)
AJUSTES PARA CONCILIAR A SOBRA AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação/Amortização	5.222	5.186
Ganho na Alienação de Bens	(128)	(38)
Outros Ajustes	1.480	4.476
	6.837	9.624
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS		
Variações das Contas a Receber	(236)	(1.248)
Variação de Outros Ativos Circulantes	(2.088)	1.850
Variação do Ativo Não Circulante	111	221
Variação dos Fornecedores	30	739
Variação dos Tributos e Contribuições Sociais	104	(155)
Variação de Outros Passivos Circulantes	452	159
Variações do Passivo Não Circulante	1.379	412
	(248)	1.978
DISPONIBILIDADES LIQUIDAS GERADAS PELAS (APLICADAS NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.161	11.399

Nota 35 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios**a) Segmentos e Atividades de Negócios**

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

b) Áreas Geográficas

A área de ação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe são todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Nota 36 – Sobras ou Perdas a Disposição

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS A DISPOSIÇÃO	2016	2015
RECURSOS		
Resultado Líquido do Exercício	5.771	5.719
Resultado com Associados	4.237	4.487
Resultado com Terceiros	386	-
Realização de Reservas Reavaliação	599	623
Realização do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	549	609
DESTINAÇÕES		
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	386	-
Destinações de Caráter Legal Estatutário	4.308	4.575
Reserva Legal 45% – Artigo 47	2.423	2.573
FATES – 5% – Artigo 47	269	286
Reserva Manutenção Redes 30% – Artigo 47	1.616	1.716
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1077	1144



ILOIR DE PAULI
DIR. PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

BALANÇO SOCIAL

1. BASE DE CÁLCULO	2016			2015		
Ingressos/Receita			40.504			37.587
Resultado Operacional			4.623			4.487
Folha de Pagamento			8.791			8.271
2. INDICADORES	R\$	% S/ FPB	% S/RL	R\$	% S/ FPB	% S/RL
Alimentação	184	2,09%	0,45%	148	1,80%	0,39%
Plano de Saúde	301	3,42%	0,74%	292	3,53%	0,78%
Encargos Sociais	1.410	16,04%	3,48%	1.218	14,73%	3,24%
Seguro Vida em Grupo	69	0,78%	0,17%	63	0,77%	0,17%
Educação e	41	0,47%	0,10%	67	0,82%	0,18%
Segurança e Medicina	203	2,31%	0,50%	120	1,45%	0,32%
Participação	472	5,37%	1,17%	410	4,96%	1,09%
TOTAL	2.680	30,49%	6,62%	2.318	28,04%	6,17%
3. INDICADORES		%S/RO	%/RL		%S/RO	%/RL
Investimento em	448	9,69%	1,11%	202	4,51%	0,54%
Qualidade vida	336	7,27%	0,83%	116	2,60%	0,31%
Total Cooperantes	784	16,96%	1,94%	318	7,09%	0,85%
Tributos (excluído os	7.976	172,53%	19,69%	6.434	-143,40%	17,12%
TOTAL	8.760	189,49%	21,63%	6.752	-150,49%	17,96%
4. INDICADORES		%S/RO	%S/RL		%S/RO	%S/RL
Investimentos em	0	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
5. INDICADORES						
Número de			114			107
Número de Admissões			17			7
Número de Demissões			10			14
Número de Mulheres			10			10
Funcionários			0			0
Outros			0			0
6. INFORMAÇÕES						
Relação entre a maior			9,85			8,38
Número Total de			0			2



ILOIR DE PAULI
DIR. PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

AOS
ADMINISTRADORES DA
COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA.
IJUÍ - RS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA., que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, letra "j", consoante ao que determina a NBC TG 01 (R3), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda. Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

□ □

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA, cuja apresentação é requerida pela legislação societária para companhias abertas e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), órgão regulador da Cooperativa, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 15 de março de 2016, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA.. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ijuí, 02 de fevereiro de 2017.



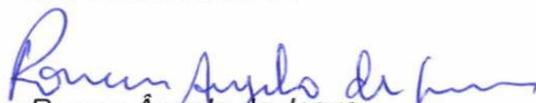
UHY AUDITORES ASSOCIADOS S.S.
CRC RS 4632/0-1 T PR S RS
DIEGO ROTERMUND MOREIRA
Contador CRC RS 68603
CNAI Nº 1128
Sócio – Responsável Técnico

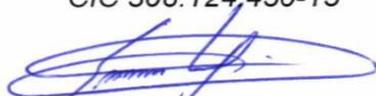
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Limitada – Ceriluz Distribuição -, CNPJ nº 87.656.989/0001-74, no uso das atribuições que nos confere o Art. 43 do Estatuto Social, nós abaixo assinados, tendo em vista observações em reuniões do órgão durante o corrente exercício, constatamos que o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Sobras ou Perdas do exercício encerrado em 31.12.2016, em conjunto com as demonstrações e notas explicativas que os acompanham, expressam adequadamente a situação patrimonial, econômica e financeira da Cooperativa, naquela data. Em razão disto, e de acordo com o Relatório da Auditoria Externa Independente sobre as demonstrações contábeis, emitido por UHY Auditores Associados em 02 de fevereiro de 2017, recomendamos a aprovação dos mesmos pela assembleia de associados.

Ijuí (RS), 16 de março de 2017.


Rosemara Beck
CIC 753.222.850-91


Romeu Ângelo de Jesus
CIC 308.124.450-15


Evandro Lanzarin
CIC 744.385.730-68

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Senhoras e Senhores Associados,

As informações e números aqui apresentados demonstram o intenso trabalho desenvolvido pela Cooperativa, seus gestores e colaboradores, com o objetivo de garantir, por um lado, energia de qualidade aos nossos consumidores, de modo que estes possam desempenhar seu trabalho e usufruir do conforto que a energia elétrica oferece, enquanto que, por outro, os investimentos realizados são feitos com responsabilidade, a fim de garantir o equilíbrio financeiro da Cooperativa.

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – CERILUZ é uma sociedade cooperativa, regida pela lei 5.764/71, fundada em 20/08/1966, com sede em Ijuí/RS, com o objetivo social de prestar serviços aos seus 14.685, atuando na área de distribuição de energia elétrica em vinte e seis municípios da sua região de abrangência.

- **Ligações de Consumidores**

Em 2016, tivemos um incremento de 208 novas unidades consumidoras, uma evolução de 1,54% em relação à 2014, com destaque para 95 rurais, 76 residenciais, 32 serviço público. As demais classes menos representativas aumentaram as unidades consumidoras em 02 nos poderes públicos, 02 industriais e 01 comercial. Totalizou-se em 2016, 14.685 consumidores.

2011	Consumidores	2012	2013	2014	2015	2016
1.177	Residencial	1.220	1.257	1.371	1.464	1.540
658	Comercial	667	661	670	678	679
39	Industrial	41	46	54	56	58
10.612	Rural	10.752	10.881	10.975	11.047	11.142
168	Poderes Públicos	170	171	167	164	166
26	Iluminação Pública	27	29	29	29	29
8	Serviço Público	16	39	39	39	71
12.688	Total	12.893	13.084	13.305	13.477	13.685
	Variação	1,62%	1,48%	1,69%	1,29%	1,54%

• Comportamento do mercado

A Ceriluz registrou um crescimento no fornecimento de energia elétrica no ano de 2016 em relação ao ano de 2015. A Cooperativa totalizou a distribuição de 121,1 milhões de quilowatts/hora (kWh) no ano de 2016, número 5,13% superior aos 115,2 milhões kWh do ano anterior. Fazendo análise do percentual de consumo por classe, a classe que mais consumiu energia foi a rural com 42%, seguida da industrial com 39%. A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período.

2011	Mercado Atendido - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
92.777	Energia Faturada	97.012	100.116	117.389	114.898	120.694
92.777	Fornecimento	97.012	100.116	117.389	114.898	120.694
2.284	Residencial	2.391	2.464	2.937	3.058	3.307
11.322	Comercial	11.516	12.345	13.288	12.262	11.518
29.358	Industrial	28.767	31.255	42.124	45.106	46.621
43.817	Rural	47.545	47.091	51.355	46.423	51.201
995	Poderes Públicos	1.088	999	1.146	1.082	1.067
1.182	Iluminação Pública	1.219	1.226	1.313	1.345	1.634
3.819	Serviço Público	4.486	4.736	5.226	5.622	5.346
-	Suprimento p/ agentes de distrib.	-	-	-	-	-
-	Uso da Rede de Distribuição	1.810	7.144	1.729	379	493
-	Consumidores Livres/Dist/Ger.	1.810	7.144	1.729	379	493
-	Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
92.777	Total	98.822	107.260	119.118	115.277	121.187
	Variação	6,52%	8,54%	11,06%	-3,22%	5,13%

Na sequência, o gráfico apresenta o percentual de consumo por classe.

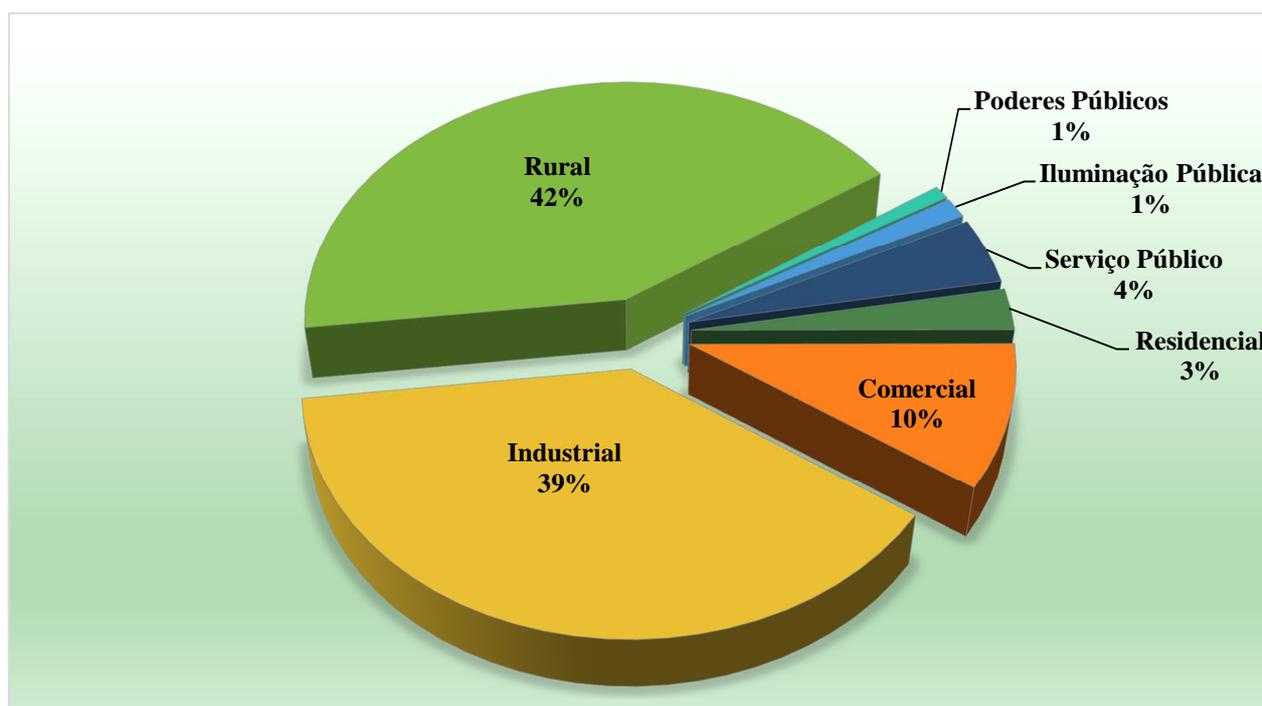


Gráfico 1: Consumo por Classe de Consumidores

- **Número de consumidores**

O número de consumidores faturados em 2016 apresentou um crescimento de 1,54% sobre o ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2016	2015	Δ%
Residencial	1540	1464	5,19
Industrial	58	56	3,57
Comercial	679	678	0,15
Rural	11142	11047	0,86
Outros	266	232	14,66
Total	13.685	13.477	1,54

- **Tarifas**

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2016, atingiu R\$ 273,65/MWh um aumento de 5,68% com relação à dezembro de 2015. As tarifas de energia da Ceriluz tiveram elevação no ano de 2016. Em reunião realizada pela diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) definiu-se um reajuste médio de 5,34%, que passou a valer a partir do dia 30 de julho

O último reajuste tarifário foi baseado na nova metodologia adotada pela Aneel para as Permissionárias de Serviço Público, que adota uma forma de cálculo mais apropriada para as cooperativas, considerando suas características de valorização e participação dos associados. Pela nova metodologia a agência entende que as cooperativas devem ter maior autonomia para definição das tarifas, respeitando os interesses dos associados e a realidade de custos operacionais da organização, uma vez que os associados participam das decisões tomadas. No quadro que segue mostra as tarifas médias de fornecimento em R\$/Mwh.

Classe	2016	2015	Δ%
Residencial	368,54	343,75	7,21
Industrial	294,42	279,79	5,23
Comercial	362,66	342,41	5,91
Rural	264,97	248,13	6,79
Suprimento	77,64	80,57	(3,64)
Total	273,65	258,93	5,68

- **Qualidade do Fornecimento**

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada na tabela a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	TMA Tempo Médio de Atendimento (horas)
2016	14,43	9,53	1,73
2015	15,65	12,88	1,68
2014	20,83	20,61	1,53
2013	29,60	37,51	1,96
2012	35,20	33,23	2,02

- **Atendimento ao Cooperado/Consumidor**

A Ceriluz disponibiliza aos seus associados diversos canais de comunicação e acesso, entre eles, o atendimento telefônico pelo número 0800 513130 gratuito e com 24 horas de atendimento, para comunicação de falta de energia e serviços de emergência. Temos nossa Sede Administrativa em Ijuí e três escritórios de atendimento nas cidades de Catuípe, Chiapetta e Ajuricaba com atendimento presencial em horário comercial. Também possuímos o site www.ceriluz.com.br onde o associado pode buscar informações do seu interesse.

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS***

1. BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO**COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO
IJUÍ LTDA****CNPJ: 87.656.989/0001-74**

Valores apresentados em milhares de Reais (R\$).

ATIVO	Notas	*Reapresentado	
		2016	2015
CIRCULANTE		11.802	10.200
Caixa e equivalentes de caixa	5	535	1.257
Consumidores	6	5.632	5.396
Serviços em curso	7	82	487
Tributos compensáveis	8	692	775
Almoxarifado operacional	9	554	294
Despesas pagas antecipadamente	11	43	11
Ativos regulatórios	13	391	889
Títulos e Valores Mobiliários	10	2.862	43
Outros ativos circulantes	12	1.011	1.048
NÃO CIRCULANTE		110.828	112.049
Tributos compensáveis	8	699	812
Depósitos judiciais e cauções	21	5	7
Investimentos	14	63	59
Outros ativos não circulantes		181	181
Imobilizado	15	109.525	110.633
Intangível	15	355	357
TOTAL DO ATIVO		122.630	122.249

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

2. BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO
IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

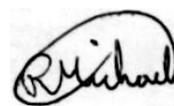
Valores apresentados em milhares de Reais (R\$).

		*Reapresentado	
PASSIVO		2016	2015
CIRCULANTE		8.343	8.610
Fornecedores	16	1.055	1.025
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	919	1.772
Obrigações sociais e trabalhistas	17	1.232	1.083
Tributos	18	245	141
Encargos setoriais	22	768	1.276
Provisão para Litígios	21	7	12
Passivos regulatórios	23	1.265	2.751
Outros passivos circulantes	20	2.852	550
NÃO CIRCULANTE		9.030	8.516
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	1.591	2.456
Provisão para litígios	21	1.000	500
Outros passivos não circulantes	24	1.001	1.134
Obrigações Vinculadas à Permissão	33	5.438	4.426
TOTAL DO PASSIVO		17.373	17.126
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25		
Capital social		6.649	6.649
Reservas de capital		568	568
Reserva de sobras		32.521	27.388
Reservas de Reavaliação		64.442	69.374
Sobras à disposição da Assembleia		1.077	1.144
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		105.257	105.123
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		122.630	122.249

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE
COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO
IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

Valores apresentados em milhares de Reais (R\$).

	Nota	2016	2015
			*Reapresentado
Receita / Ingresso	32	49.330	41.520
Fornecimento de energia elétrica		12.414	14.608
Disponibilização do sistema de distribuição		29.564	24.008
Ativos e Passivos Regulatórios		1.120	(2.659)
Serviços cobráveis		8	7
Doações, contrib. e subvenções		6.224	5.556
Tributos		(7.976)	(6.434)
ICMS		(7.259)	(5.874)
PIS-PASEP		(128)	(100)
COFINS		(589)	(460)
Encargos - Parcela "A"		(5.691)	(4.443)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(67)	(148)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(59)	(146)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(5.278)	(3.443)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(101)	(84)
Outros encargos		(186)	(622)
Receita líquida / Ingresso líquido		35.663	30.643
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(12.861)	(12.463)
Energia elétrica comprada para revenda		(7.246)	(7.413)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(5.615)	(5.050)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		22.802	18.180
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(19.867)	(17.886)
Pessoal e administradores		(8.791)	(8.271)
Material		(1.516)	(1.267)
Serviços de terceiros		(2.589)	(1.836)
Arrendamentos e aluguéis		(47)	(44)
Seguros		(51)	(44)
Provisões		(504)	(515)
(-) Recuperação de despesas		204	197
Tributos		(119)	(54)
Depreciação e amortização		(5.222)	(5.186)
Gastos diversos		(1.232)	(866)
Outras receitas operacionais		564	48
Outras despesas operacionais		(695)	(443)
Resultado da Atividade		2.804	(101)
Resultado Financeiro		(66)	(102)
Despesas financeiras		(709)	(580)
Receitas financeiras		643	478
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		2.738	(203)
Contribuição social		(50)	-
Imposto de renda		(116)	-
Resultado líquido do exercício		2.572	(203)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI

DIRETOR PRESIDENTE

CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL

CONTADOR

CRC-RS 079358

CPF 925.751.290-87

4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

Valores apresentados em milhares de Reais (R\$).

DEMONST. DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.648	568	73.705	34.858	1.523	117.302
Realização do Capital	1	-	-	-	-	1
Destinação conforme à A.G.O.:	-	-	-	1.144	(1.523)	(379)
Realização de reservas	-	-	(4.331)	-	-	(4.331)
Equalização Resultado Societário/Regulatório	-	-	-	(1.480)	-	(1.480)
Sobras Líquidas do Exercício	-	-	-	-	1.144	1.144
Aplicação FATES	-	-	-	(609)	-	(609)
Realização Reserva Estatutária	-	-	-	(11.000)	-	(11.000)
Destinação Estatutária das Sobras	-	-	-	4.475	-	4.475
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.649	568	69.374	27.388	1.144	105.123
Realização do Capital	-	-	-	-	-	-
Destinação conforme à A.G.O.:	-	-	-	-	(1.144)	(1.144)
Realização de reservas	-	-	(4.932)	-	-	(4.932)
Equalização Resultado Societário/Regulatório	-	-	-	984	-	984
Sobras Líquidas do Exercício	-	-	-	-	1.077	1.077
Aplicação FATES	-	-	-	(549)	-	(549)
Realização Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	-
Destinação Estatutária das Sobras	-	-	-	4.698	-	4.698
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.649	568	64.442	32.521	1.077	105.257

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

5. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC - MÉTODO DIRETO**COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA****CNPJ: 87.656.989/0001-74**

Valores apresentados em milhares de Reais (R\$).

	2.016	2.015
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Arrecadação Venda de Energia	48.110	42.806
Arrecadação TUSD Consumidores Livres	371	185
Serviço Taxado	8	7
Recebimento de Subvenção Baixa Renda	6.282	6.120
Outros Recebimentos Operacionais	3.098	590
Fornecedores - Materiais e Serviços	(9.972)	(6.710)
Fornecedores - Energia Elétrica	(12.861)	(9.762)
Salários e Encargos Sociais	(9.155)	(7.966)
Tributos sobre a Receita - Federais	(896)	(553)
Tributos sobre a Receita - Estaduais	(6.467)	(5.382)
Encargos de Transmissão	(1.687)	(1.366)
Demais Encargos Regulatórios	(5.685)	(3.746)
Outras Despesas Operacionais	(1.336)	(1.961)
Impostos, taxas e contribuições	(649)	(863)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	9.161	11.399
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Alienação de Imobilizado	135	10
Recebimento Líquido de Receitas Financeiras de Aplicações Financeiras	4	277
Resgates/ Recebimentos de Ativos Financeiros - Amortização e Juros	5	506
Saque para Aplicações em Ativos Financeiros	(2.460)	(508)
Aquisição Bruta de Imobilizado	(3.944)	(5.466)
Participação Financeira do Consumidor em Obras	996	1.175
Aquisição e Aumento de Participações Societárias e AFAC's em Empresas Ligadas	-	(0)
Outras Movimentações de Investimentos	(1.145)	-
Caixa Líquido Provenientes das Atividades de Investimentos	(6.409)	(4.007)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos – Curto Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Obtidos – Longo Prazo	-	2.141
Empréstimo Concedido	(1.315)	(17.588)
Recebimento de Empréstimo Concedido	-	10.469
Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - Curto Prazo	(1.374)	(1.485)
Principal	(980)	(982)
Encargos	(394)	(503)
Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - Longo Prazo	(785)	-
Principal	(785)	-
Encargos	-	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	(3.473)	(6.463)
Caixa Líquido Gerado no Período	(722)	929
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.257	328
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	535	1.257
Variação das contas Caixa e Equivalentes a Caixa	(722)	929

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

6. RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO**COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO
IJUÍ LTDA****CNPJ: 87.656.989/0001-74**

Valores apresentados em milhares de Reais (R\$).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	31.12.2016	31.12.2015
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	2.572	(203)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	4.932	4.331
Realização de Reservas Reavaliação	4.932	4.331
RESULTADO ABRANGENTE	7.504	4.128

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Nota 1 - Contexto Operacional

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como principal objetivo o desenvolvimento sócio/econômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados pessoas físicas ou jurídicas. A entidade é regida pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1.971 que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como finalidade a prestação de serviços aos seus cooperados nas localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a ANEEL.

Nota 2 – Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Nota 3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, estão sendo apresentadas em milhares de reais (R\$) e foi aprovada sua divulgação pelo Conselho de Administração na data 02/02/2017.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas. Os valores de 2015 foram reapresentados para fins de comparação com os valores de 2016 que estão na nova metodologia.

Nota 4 – Sumário das Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias, exceto as letras (g), (h), (s), (t).

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional da entidade é o real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

(c) Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na realização.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação as contas a receber de consumidores, a mesma é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidas a mais de 90 dias, da classe comercial vencidos a mais de 180 dias e da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

(e) Estoques

Os materiais em estoque de manutenção, classificados no ativo circulante e os materiais destinados a investimentos, classificados no ativo intangível em curso estão registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

(f) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses seguintes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(g) Imobilizado Em Serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 30 de novembro de 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

(h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

(i) Obrigações especiais vinculadas à concessão

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios e Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em conjunto com a permissionária, conforme previsto na instrução contábil nº 6.3.14 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R3), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

(k) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais incorridos até a data do balanço, pelo custo amortizado.

(m) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

(n) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(o) Apuração do Resultado

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(p) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES

As despesas com assistência técnica, educacional e social, realizadas no exercício, foram contabilizadas originalmente em contas de despesa. No encerramento do exercício, o respectivo valor foi revertido da conta do FATES para a conta Sobras ou Perdas do Exercício. As referidas despesas totalizaram R\$ 549 em 2016 e resultaram de pagamento de assistência médica, seguro de vida, estudos, treinamento e auxílio educacional aos colaboradores, e assistência médica e palestras aos associados, conforme permite a legislação.

(q) Regime de Tributação

O regime de tributação da Cooperativa é o Lucro Real.

(r) Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

(s) Imobilizado em Curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

(t) Reserva de Reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº 25.3. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

(u) Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 25% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Nota 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	2016	2015
Caixa	1	-
Depósitos Bancários	454	873
Numerário em Transito	80	83
Equivalentes de caixa	0	301
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	535	1.257

Nota 6 – Consumidores

Consumidores	Saldo Vincendo	Saldo Vencido até 90 dias	Saldo Vencido há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores duvidosos		Total a receber líquido	
					2016	2015	2016	2015
Residencial	135	48	10	194	(10)	(4)	184	166
Resid Baixa Renda	4	3	-	6	-	-	6	6
Industrial	1.526	31	11	1.568	(11)	(11)	1.557	1.425
Comercial	496	49	7	552	(7)	(5)	545	631
Rural	1.497	238	34	1.769	(31)	(29)	1.738	1.404
Poder Público	17	1	3	21	(3)	(2)	18	22
Ilum. Pública	13	-	-	13	-	-	13	14
Serviço Público	130	1	-	131	-	-	131	179
Não Faturado	1.183	-	-	1.183	-	-	1.183	1.308
Parcelamentos	67	5	4	76	(3)	(3)	73	40
Serviços Cobráveis	1	1	2	4	(2)	(2)	2	2
Outros Créditos	31	14	3	48	(2)	(3)	46	49
Participação Financeira Obras	130	6	-	136	-	-	136	150
Total	5.230	397	74	5.701	(69)	(59)	5.632	5.396

Nota 7 – Serviços em Curso

Serviço Próprio	2016	2015
Manutenção de Redes	82	58
Administração	0	117
PEE	0	312
Total de Serviço Próprio em Curso	82	487

Nota 8 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis**Ativo Circulante**

Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	2016	2015
ICMS a Recuperar Curto Prazo	596	682
IRRF a Recuperar	96	93
Total de Tributos Compensáveis	692	775

Ativo Não Circulante

Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	2016	2015
ICMS a Recuperar Longo Prazo	699	812
Total de Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	699	812

Os créditos de ICMS a recuperar referem-se ao valor do ICMS pago na aquisição de imobilizados e intangíveis relacionados a atividade de Distribuição, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº102/2000.

Nota 9 – Estoque

Estoque	2016	2015
Almoxarifado de Manutenção de Redes	336	216
Almoxarifado da Oficina de Transformadores	40	75
Resíduos e Sucatas	177	3
Total de Estoque	554	294

Os materiais destinados a investimento no serviço permitido não estão registrados nesse grupo de contas, pois conforme preceitua o MCSE, na contabilidade regulatória os mesmos integram o ativo imobilizado em curso, por consequência na societária está compondo o Intangível em Curso.

Nota 10 – Títulos e Valores Mobiliários

A composição da conta Títulos e Valores Mobiliários é a seguinte:

Títulos e Valores Mobiliários	2016	2015
Banrisul Capitalização	46	37
BB Capitalização	1	6
Banco do Brasil	250	0
Banrisul RDB/CDB	400	0
Sicredi Catuipe	300	0
Sicredi Aug Pestana	1865	0
Total	2.862	43

Nota 11 – Despesas Pagas Antecipadamente

A composição da conta das despesas pagas antecipadamente é a seguinte:

	2016	2015
Prêmio de Seguro de Veículos	18	8
Publicidade	25	3
Total	43	11

Nota 12 – Outros Recebíveis

Ativo Circulante	2016	2015
CDE Aneel	493	553
Empregados	115	126
Adiantamento a Fornecedores	128	89
Outros Devedores	12	72
Alienação de bens e direitos	20	8
Dispêndios a Reembolsar	80	18
Encargo de Uso da Rede Elétrica	14	13
Desativações e Alienações	149	169
Total	1.011	1.048

Nota 13 – Ativos Regulatórios

Os valores se referem à constituição e registro da Neutralidade da Parcela “A” (Encargos Setoriais) – denominados custos não gerenciáveis e correspondem à diferença entre os valores destes encargos, em relação ao mercado realizado, e a constituição de componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário, além dos componentes financeiros reconhecidos no Reajuste Tarifário 2016.

	2016	2015
Neutralidade da Parcela A em Constituição	0	35
Componentes Financeiros em Constituição	391	696
Componentes Financeiros Reconhecidos	0	318
(-) Amortização de Componentes Financeiros Reconhecidos	0	(160)
Total	391	889

Nota 14 – Investimentos

O valor de recuperação do ágio sobre investimentos é avaliado anualmente de acordo com os critérios e métodos estabelecidos pela NBC TG 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Para os exercícios sociais apresentados não foram identificadas quaisquer perdas por redução ao valor recuperável para os ágios da Cooperativa.

INVESTIMENTOS	2016	2015
Composição dos Investimentos em Sociedades Cooperativas		
Participação FECOERGS	1	1
Participação SICREDI Augusto Pestana	49	46
Participação SICREDI Catuípe	5	4
Participação CRESOL Santo Augusto	2	2
Total 1	57	53
Composição em Incentivos Fiscais		
Ações FINOR	3	3
Ações FINAM	3	3
Total 2	6	6
TOTAL (1+2)	63	59

Nota 15 – Imobilizado e Intangível

15.1 Ativo Imobilizado em Serviço

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre-ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas	Amorti-zação Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	134.428	5.782	(3.365)	-	-	136.845	2.417	(39.988)	96.857	98.515	(4.224)	374	(3.850)
Terrenos	279	-	-	-	-	279	-	-	279	279	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benf.	283	-	-	-	-	283	-	(120)	163	169	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	131.122	5.333	(2.508)	-	-	133.947	2.825	(38.311)	95.636	97.219	(4.224)	374	(3.850)
Veículos	2.744	449	(857)	-	-	2.336	(408)	(1.557)	779	848	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	385	2	-	-	-	387	2	(163)	224	273	(150)	82	(68)
Terrenos	40	-	-	-	-	40	-	-	40	40	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benf.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	89	2	-	-	-	91	2	(24)	67	80	(150)	82	(68)
Veículos	256	-	-	-	-	256	-	(139)	117	153	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	134.813	5.784	(3.365)	-	-	137.232	2.419	(40.151)	97.081	98.788	(4.374)	456	(3.918)
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ M	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre-ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obriga-ções Especiais	Amorti-zação Acum.	Obriga-ções Especiais
Distribuição	11.845	13.871	-	(13.296)	-	12.420	575	-	12.420	11.845	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	7.891	5.614	-	(5.231)	-	8.274	383	-	8.274	7.891	-	-	-
Outros	3.954	8.257	-	(8.065)	-	4.146	192	-	4.146	3.954	-	-	-
Administração	-	23	-	1	-	24	24	-	24	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	23	-	(4)	-	19	19	-	19	-	-	-	-
Outros	-	-	-	5	-	5	5	-	5	-	-	-	-
Subtotal	11.845	13.894	-	(13.295)	-	12.444	599	-	12.444	11.845	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	146.658	19.678	(3.365)	(13.295)	-	149.676	3.018	(40.151)	109.525	110.633	(4.374)	456	(3.918)

15.2 Ativo Intangível

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	97	-	-	-	-	97	-	(94)	3	17
Servidões						-	-		-	
Softwares	97	-	-	-	-	97	-	(94)	3	17
Outros						-	-		-	
Administração	491	9	-	-	-	500	9	(429)	71	139
Softwares	491	9	-	-	-	500	9	(429)	71	139
Outros						-	-		-	
Subtotal	588	9	-	-	-	597	9	(523)	74	156
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	161	10	-	(9)	-	163	2	-	163	161
Servidões						-	-		-	
Softwares	161	10		(9)	-	163	2		163	161
Outros						-	-		-	
Administração	40	79	-	-	-	119	79	-	119	40
Softwares	40	79	-	-	-	119	79		119	40
Outros						-	-		-	
Subtotal	201	89	-	(9)	-	282	81	-	282	201
Total do Ativo Intangível	789	98	-	(9)	-	879	90	(523)	356	357

15.3 Depreciação e Amortização

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016		2015	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição		136.941	(40.082)	96.859	98.514
Custo Histórico	4,00%	60.948	(20.293)	40.655	38.280
Reavaliação	4,00%	75.993	(19.789)	64.306	60.234
Administração		887	(592)	295	274
Custo Histórico	4,00%	597	(303)	294	261
Reavaliação	4,00%	290	(289)	1	13
		137.828	(40.674)	97.154	98.788
Em Curso - R\$ Mil					
Distribuição				12.583	11.845
Administração				143	-
		-	-	12.726	11.845
		137.828	(40.674)	109.880	110.633

Nota 16 – Fornecedores

Os Fornecedores estão assim distribuídos

Fornecedores	2016	2015
Encargos de Uso da Rede Elétrica	41	23
Suprimento de Energia	0	662
Materiais e Serviços	1.014	340
Total	1.055	1.025

Nota 17 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

Folha de Pagamento	2016	2015
Tributos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte	278	222
Consignação em Favor da Concessionária	29	0
Provisão de Férias	925	861
Total	1.232	1.083

Nota 18 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher

Os Tributos e contribuições sociais a recolher estão assim distribuídos:

Tributos	2016	2015
Passivo Circulante		
ICMS a Recolher	144	57
CSLL a recolher	11	0
IRPJ a Recolher	9	0
PIS s/ Faturamento	13	12
COFINS s/ Faturamento	59	58
I.S.S.Q.N. a Recolher	3	1
I.N.S.S. a Recolher	2	3
PIS/COFINS a Recolher	2	6
Imposto de Renda a Recolher	1	2
Contribuição Social a Recolher	1	2
Total	245	141

Nota 19 – Empréstimos e Financiamentos

Em 2016 não foram obtidos novos empréstimos, somente houve a contemplação de mais um consórcio junto ao Banrisul conforme contrato nº 75.314, com prazo de 60 meses, com carta de crédito total no valor de R\$ 55.522,66, sendo que, já haviam sido pagas 49 parcelas totalizando R\$ 49.295,25, dessa forma ainda restam a ser pagas 11 parcelas num total de R\$ 7.091,52 no curto prazo, conforme segue:

	Saldo Devedor	Encargos Financeiros em %		Vencimento no Curto		Vencimento no Longo	
		Em R\$	Em %	Total 2016	Total 2015	Total 2016	Total 2015
Moeda Nacional – Real:							
Centrais Elétricas Brasileiras S.A- Eletrobrás	-	-	5% a.a	-	6	-	-
Banco Banrisul Finame	114	-	5,5%	114	273	-	114
BB Giro Empresa Flex	-	-	17,64% a.a	-	700	-	-
Banrisul BNDS Automático	2.371	11	TJLP + 4,9%	780	780	1.591	2.337
Consórcio a pagar – Contrato 75.314	7	-	-	7	-	-	-
Consórcio a pagar – Contrato 75.313	7	-	-	7	8	-	5
Total	2.499	11	33,04% a.a	908	1.767	1.591	2.456

a) Vencimento das Parcelas de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e consórcio têm vencimento nos anos seguintes:

BANRISUL BNDES AUTOMÁTICO	Em R\$	Em %
2018	780	50%
2019	811	50%
TOTAL	1.591	100%

Nota 20 – Outros Passivos Circulantes

	2016	2015
Consumidor	5	7
Outros Credores	2.846	543
Total de Outras Contas a Pagar	2.851	550

a) Consumidor:

Refere-se a consumidores (associados) da Cooperativa de Distribuição de Energia autorizam em documento junto ao setor de faturamento, uma autorização para debitar o valor de sua livre escolha para beneficiar a entidade de sua região, seguro residencial, energia recebida em duplicidade e compensações a consumidores.

b) A Conta Outros Credores:

Convênios de arrecadação de Iluminação pública firmado com as prefeituras, valores recebidos que estão em classificação e credores diversos e Refis.

No ano de 2010 a cooperativa foi autuada pela receita federal através do auto de lançamento nº 10108000/00295/10 devido a dedução da base de cálculo do valor das despesas administrativas e financeiras. Devido as chances remotas de reverter o auto de lançamento a Cooperativa aderiu ao Refis na forma da Lei 12.996 de 18 de junho de 2014 no qual pagará o referido débito em 180 vezes. O saldo a pagar referente ao Refis no curto prazo é de R\$ 88.

Nota 21 – Litígio Trabalhistas:

A Cooperativa é parte envolvida em ações trabalhistas e está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da diretoria jurídica da Cooperativa e de seus consultores legais externos.

Contingências	Valor Estimado 2016	Depósitos Judiciais 2016	Valor Líquido 2016	Valor Líquido 2015
Trabalhistas	1.000	0	1.000	500
Regulatórias	0	0	0	0
Cíveis	7	5	12	19
Total de Contingências	1.007	5	1.012	519

Os saldos das provisões decorrem de análise do andamento de cada processo, realizado pelas assessorias jurídicas que representam a Ceriluz Distribuição nos mesmos.

Foram constituídas provisões contábeis no montante de R\$ 1.007 para suportar eventuais perdas em processos cíveis e trabalhistas de caráter indenizatório, considerando o prognóstico de nossa assessoria jurídica.

A cooperativa tem outros processos que a assessoria jurídica indicou como possíveis de perda que somam o montante de R\$ 1.659.

Nota 22 – Encargos Setoriais:

Pesquisa e Desenvolvimento	2016	2015
P&D - F.N.D.C.T.	0	11
P&D - M.M.E.	0	5
P&D - Empresa	66	155
Programa de Eficiência Energética - P.E.E.	224	566
Encargos CDE	316	529
Bandeiras Tarifárias	162	10
Total	768	1.276

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: foi criada através da Lei 10438/2002, no artigo 13, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo os seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária.

Nota 23 – Passivos Regulatórios

Os valores se referem ao registro da neutralidade dos encargos setoriais (Parcela “A”) - denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos reconhecidos na Revisão Tarifária em relação ao mercado verificado, bem como, a provisão de constituição (em curso) de passivos regulatórios – componentes financeiros em relação ao próximo Reajuste Tarifário.

	2016	2015
Neutralidade da Parcela A em Constituição	0	2110
Componentes Financeiros em Constituição	3	9
Neutralidade da Parcela A em Reconhecida	0	123
Componentes Financeiros Reconhecidos	2.524	1143
(-) Amortização da Neutralidade da Parcela A	0	(62)
(-) Amortização de Componentes Financeiros Reconhecidos	(1.262)	(572)
Total	1.265	2.751

Nota 24 – Outros Passivos Não Circulantes

	2016	2015
Retenção Causas Trabalhistas	22	22
Refis	979	1.112
Total de Outras Contas a Pagar	1.001	1.134

a) Refis:

No ano de 2010 a cooperativa foi autuada pela receita federal através do auto de lançamento nº 10108000/00295/10 devido a dedução da base de cálculo do valor das despesas administrativas e financeiras. Devido as chances remotas de reverter o auto de lançamento a Cooperativa aderiu ao Refis na forma da Lei 12.996 de 18 de junho de 2014 no qual pagará o referido débito em 180 vezes. O saldo a pagar referente ao Refis no longo prazo é de R\$ 1.001.

Nota 25 – Patrimônio Líquido**Nota 25.1 – Capital Social**

O Capital Social da Cooperativa, no valor de R\$ 6.649 é formado por cotas partes referente a 14.912 associados em 31 de dezembro de 2016.

25.2. Natureza e Finalidade das Reservas

a) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 45% (antes de 2014 30%) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído a partir de 2014 por 5% (antes de 2014 20%) das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica e social dos cooperados, seus dependentes, e dos próprios empregados. Sua constituição é estabelecida pela Lei 5.764/1971.

c) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e expansão do patrimônio, podendo ainda ser aplicado em todas as iniciativas que visem ao desenvolvimento social ou econômico da Cooperativa.

Nota 26 – Instrumentos Financeiros**a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos**

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 5;

Consumidores: apresentadas na nota 6;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 19.

b) Valor Justo

Instrumentos Financeiros	2016		2015	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de
Caixa e Equivalentes de Caixa	535	535	1.257	1.257
Contas a Receber	5.632	5.632	4.147	4.147
Empréstimos e Financiamentos	2.510	2.510	4.228	4.228
Total	8.677	8.677	9.632	9.632

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros:				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	535	-	535
Contas a Receber	-	5.632	-	5.632
Total	-	6.167	-	6.167
Passivos Financeiros:				
Empréstimos e Financiamentos	-	2.510	-	2.510
Total	-	2.510	-	2.510

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que aplicadas aos seus passivos e ativo captados (aplicados) no mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando as despesas financeiras (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo), de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 27 – Seguros:

A cooperativa efetua a contratação de seguros para os seus veículos, utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais e seguro de vida para os colaboradores, de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

Nota 28 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios**a) Segmentos e Atividades de Negócios**

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

b) Áreas Geográficas

A área de ação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe são todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Nota 29 - Máquinas e Equipamentos

Os investimentos em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição foi como segue:

	R\$ Mil Nominais		
	2014	2015	2016
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil			
AIS Bruto ¹	5.370	2.930	5.068
Transformador de Distribuição	1.306	810	1.305
Medidor	252	127	121
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	2.189	1.015	2.238
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	1.401	978	730
Demais Máquinas e Equipamentos	222	-	674
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(1.217)	(465)	(1.087)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(1.217)	(465)	(1.087)

NOTA 30 - ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

A movim

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amorti- zação	Remune- ração	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	904	2.661	-	-	(2.675)	890	159	731	890	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	18	45	-	-	(28)	35	-	35	35	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	886	2.616	-	-	(2.647)	855	159	696	855	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	904	2.661	-	-	(2.675)	890	159	731	890	-
Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amorti- zação	Remune- ração	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	126	3.708	-	-	(981)	2.853	634	2.219	2.853	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	112	576	-	-	(385)	303	62	241	303	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	14	3.132	-	-	(596)	2.550	572	1.978	2.550	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	126	3.708	-	-	(981)	2.853	634	2.219	2.853	-

entação das contas de compensação de variação de custos é a seguinte:

Nota 31 - Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A composição destas obrigações:

31.1 – Obrigações Vinculadas em Serviço

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		4.374	-	-	4.374
Participação da União, Estados e Municípios	0,00%	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	4,00%	4.224	-	-	4.224
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,00%	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00%	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	4,00%	150	-	-	150
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	0,00%	-	-	-	-
Excedente de reativos	0,00%	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS		(456)	-	-	(456)
Participação da União, Estados e Municípios	0,00%	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	0,00%	(374)	-	-	(374)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,00%	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00%	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	0,00%	(82)	-	-	(82)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	0,00%	-	-	-	-
Excedente de reativos	0,00%	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Total		3.918	-	-	3.918

31.2 - Obrigações vinculadas em curso

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2015 6	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Em curso	1.422	2.326	-	(2.319)	-	1.429	7	-	1.429	1.422
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	808	1.009	-	(1.100)	-	717	(91)	-	717	808
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	149	993	-	(1.007)	-	135	(14)	-	135	149
Valores Não Aplicados	34	88	-	(212)	-	(90)	(124)	-	(90)	34
Outros	431	236	-	-	-	667	236	-	667	431
Ultrapassagem de demanda	167	153	-	-	-	320	153	-	320	167
Excedente de reativos	264	83	-	-	-	347	83	-	347	264
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.422	2.326	-	(2.319)	-	1.429	7	-	1.429	1.422

Nota 32 - Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		KWh Mil		REAPRESENTAD R\$ Mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento - Faturado	13.913	13.511	120.694	114.898	12.775	13.550
Residencial	1.558	1.464	3.307	3.058	707	580
Industrial	61	58	46.621	12.262	4.902	5.707
Comercial	713	709	11.518	45.106	2.712	2.463
Rural	11.315	11.047	51.201	46.423	3.196	3.610
Poder público	166	164	1.067	1.082	186	172
Iluminação pública	29	29	1.634	1.345	139	136
Serviço público	71	40	5.346	5.622	933	882
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	29.564	24.008
Consumidores Cativos					29.564	24.008
Consumidores Livres					-	-
Encargos de conexão de agentes de geração					-	-
Permissionárias					-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	(236)	(250)
(-) Trsf p/ OE do AIC - Ultrapassagem Demanda					(153)	(128)
(-) Trsf p/ OE do AIC - Excedente de Reativos					(83)	(122)
(-) Trsf p/ OE. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					(125)	1.308
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Dev.						
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Pass. Regulat.					1.120	(2.659)
Serviços Cobráveis					8	7
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					6.224	5.556
Outras Receitas Vinculadas					-	3
Total	13.913	13.511	120.694	114.898	49.330	41.520

Nota 33 - Pessoal e Administradores

Tab 35

Pessoal e Administradores	2016	2015
Pessoal	8.282	7.783
Remuneração	4.547	4.502
Encargos	2.106	1.814
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	301	292
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	472	410
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	856	765
Administradores	509	487
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	467	448
Benefícios dos administradores	42	39
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	8.791	8.270

Nota 34 - Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

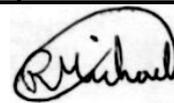
34.1 - BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO

Em 31 de dezembro de 2016, valores apresentados em R\$ Mil.

	2.016			REAPRESENTADO 2.015		
	Nota Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo circulante	11.802	-	11.802	10.200	2.197	8.003
Caixa e equivalentes de caixa		535	535	1.257	-	1.257
Consumidores	35.1	5.632	5.632	5.396	1.308	4.088
Serviços em curso		82	82	656	-	656
Tributos compensáveis		692	692	775	-	775
Almoxarifado operacional		554	554	294	-	294
Despesas pagas antecipadamente		43	43	11	-	11
Ativos regulatórios	35.2	391	391	889	889	-
Títulos e Valores Mobiliários		2.862	2.862	43	-	43
Outros ativos circulantes		1.011	1.011	879	-	879
Ativo não circulante	110.827	56.258	54.569	112.049	64.271	47.778
Tributos compensáveis		699	699	812	-	812
Depósitos judiciais e cauções		5	5	7	-	7
Investimentos		63	63	59	-	59
Indenização pela concessão a receber	35.3	-	(1.485)	-	(925)	925
Outros ativos não circulantes		181	181	181	-	181
Imobilizado	35.4	109.525	107.730	110.633	109.595	1.038
Intangível	35.5	355	(49.986)	357	(44.399)	44.756
Total do ativo	122.630	56.259	66.371	122.249	66.468	55.780
Passivo						
Passivo circulante	8.343	-	8.343	8.610	2.751	5.859
Fornecedores		1.055	1.055	1.025	-	1.025
Empréstimos, financiamentos e debêntures		919	919	1.772	-	1.772
Obrigações sociais e trabalhistas		1.232	1.232	1.083	-	1.083
Tributos		245	245	141	-	141
Encargos setoriais		768	768	1.276	-	1.276
Provisão para Litígios		7	7	12	-	12
Passivos regulatórios	35.6	1.265	1.265	2.751	2.751	-
Outros passivos circulantes		2.852	2.852	550	-	550
Passivo não circulante	9.030	-	9.030	8.516	4.426	4.090
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.591	1.591	2.456	-	2.456
Provisão para litígios		1.000	1.000	500	-	500
Outros passivos não circulantes		1.001	1.001	1.134	-	1.134
Obrigações vinculadas a permissão	35.7	5.438	5.438	4.426	4.426	-
Total do passivo	17.373	-	17.373	17.126	7.177	9.949
Patrimônio Líquido						
Capital social		6.649	6.649	6.648	-	6.648
Reservas de capital		568	568	568	-	568
Reserva de sobras	35.8	32.521	32.521	27.389	(984)	28.373
Reservas de Reavaliação	35.9	64.443	56.260	69.374	60.276	9.098
Sobras à disposição da Assembleia		1.077	1.077	1.144	-	1.144
Total do patrimônio líquido	105.258	56.260	48.998	105.123	59.292	45.831
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	122.630	56.259	66.371	122.249	66.469	55.780



ILOIR DE PAULI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

34.2- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO

Em 31 de dezembro de 2016, valores apresentados em R\$ Mil.

Nota	2016			2015		
	Regulatório	Ajustes CPCs	Societário	Regulatório	Ajustes CPCs	Societário
Receita / Ingresso	49.330	1.119	48.210	41.520	(1.602)	43.122
Fornecimento de energia elétrica	35.10 12.414	(878)	13.291	14.608	1.057	13.551
Disponibilização do sistema de distribuição	29.564	-	29.564	24.008	-	24.008
Ativos e Passivos Regulatórios	35.11 1.120	1.997	(877)	(2.659)	(2.659)	-
Serviços cobráveis	8	-	8	7	-	7
Doações, contrib. e subvenções	6.224	-	6.224	5.556	-	5.556
Tributos	(7.976)	-	(7.976)	(6.434)	-	(6.434)
ICMS	(7.259)	-	(7.259)	(5.874)	-	(5.874)
PIS-PASEP	(128)	-	(128)	(100)	-	(100)
COFINS	(589)	-	(589)	(460)	-	(460)
Encargos - Parcela "A"	(5.691)	-	(5.691)	4.443	-	(4.443)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(68)	-	(68)	(148)	-	(148)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(60)	-	(60)	(146)	-	(146)
Conta de Desenvolvimento Econômico -	(5.278)	-	(5.278)	(3.443)	-	(3.443)
Taxa de Fiscalização - TFSEE	(101)	-	(101)	(84)	-	(84)
Outros encargos	(186)	-	(186)	(622)	-	(622)
Receita líquida / Ingresso líquido	35.663	1.119	34.543	30.643	(1.602)	32.245
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(12.861)	-	(12.861)	(12.463)	-	(12.463)
Energia elétrica comprada para revenda	(7.246)	-	(7.246)	(7.413)	-	(7.413)
Encargo de transmissão, conexão e	(5.614)	-	(5.614)	(5.050)	-	(5.050)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	22.802	1.119	21.683	18.180	1.602	19.782
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(19.868)	2.361	(22.229)	(17.886)	4.159	(22.045)
Pessoal e administradores	(8.791)	-	(8.791)	(8.271)	-	(8.271)
Material	(1.516)	-	(1.516)	(1.267)	-	(1.267)
Serviços de terceiros	(2.589)	-	(2.589)	(1.836)	-	(1.836)
Arrendamentos e aluguéis	(47)	-	(47)	(44)	-	(44)
Seguros	(51)	-	(51)	(44)	-	(44)
Provisões	(504)	-	(504)	(515)	-	(515)
(-) Recuperação de despesas	204	-	204	197	-	197
Tributos	(119)	-	(119)	(54)	-	(54)
Depreciação e amortização	35.13 (5.222)	(3.035)	(2.187)	(5.186)	(3.108)	(2.078)
Gastos diversos	35.14 (1.233)	5.396	(6.629)	(866)	7.265	(8.132)
Outras receitas operacionais	35.12 564	(5.396)	5.960	48	(7.265)	7.313
Outras despesas operacionais	(695)	-	(695)	(403)	-	(441)
Resultado da Atividade	2.804	(1.916)	4.720	(101)	(4.709)	4.608
Resultado Financeiro	(66)	(135)	69	(102)	19	(121)
Despesas financeiras	35.15 (709)	(176)	(533)	(580)	(9)	(571)
Receitas financeiras	35.15 643	41	602	478	28	450
Resultado antes dos impostos sobre os	2.738	(2.051)	4.789	(203)	(4.690)	4.487
Contribuição social	(50)	-	(50)	-	-	-
Imposto de renda	(116)	-	(116)	-	-	-
Resultado líquido do exercício	2.572	(2.051)	4.623	(203)	(4.690)	4.487



ILOIR DE PAULI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

35- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS X SOCIETÁRIAS

Nota 35.1 – Consumidores

A diferença entre os valores apurados na Contabilidade Societária e Contabilidade regulatória se referem à reversão da energia não faturada do mês de dezembro de 2015 estava registrada apenas na contabilidade regulatória. Após 07/2016 esses valores também formam registrados na contabilidade societária.

Nota 35.2 - Ativos Regulatórios

A diferença entre os valores apurados na Contabilidade Societária e Contabilidade Regulatória se referem à constituição e registro da Neutralidade da Parcela “A” (Encargos Setoriais) – denominados custos não gerenciáveis e correspondem à diferença entre os valores destes encargos, em relação ao mercado realizado, e a constituição de componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário. A partir de 2016 os Ativos Regulatórios foram registrados também na Contabilidade Societária, não existindo mais diferença entre as mesmas.

	2016	2015
Neutralidade da Parcela A em Constituição	0	35
Componentes Financeiros em Constituição	0	696
Componentes Financeiros Reconhecidos	0	318
(-) Amortização de Componentes Financeiros Reconhecidos	0	(160)
Total	0	889

Nota 35.3 – Indenização pela Concessão a receber

O Ativo Financeiro Indenizável é decorrente da aplicação do ICPC 01 (R1). Tais ativos correspondem à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão, o valor do ativo financeiro indenizável será objeto de indenização.

Na Contabilidade Regulatória, todo o valor dos bens e instalações utilizados direta ou indiretamente, exclusiva e permanentemente na prestação de serviço público de energia elétrica, está registrado no ativo imobilizado, conforme determina a Resolução nº 396/2009 e o contrato de permissão.

	2016	2015
Maquinas – Subestação Ceriluz 1	240	240
Maquinas – Redes de Distribuição	1.245	685
Total	1.485	925

Nota 35.4 – Imobilizado

O valor dos bens e instalações vinculados às atividades de permissão deverá ser registrado na Contabilidade Regulatória no grupo Ativo Não Circulante – Imobilizado e Intangível, enquanto que na Contabilidade Societária os bens reversíveis da concessão se encontram

nos grupos Ativo Financeiro Indenizável e Intangível. Os bens não reversíveis continuam lançados na Contabilidade Societária como Imobilizado.

Na forma da Resolução nº 396/2009, as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica registrarão contabilmente a título de reavaliação compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária.

Em 2014, a Aneel pela metodologia aprovada para a 1ª Revisão Tarifária Periódica das permissionárias através da Nota Técnica SER/Aneel nº 189/2014 definiu os novos valores dos ativos que vão compor a BRR – Base de Remuneração e a respectiva depreciação acumulada. Por tratar-se de regramento regulatório, o VNR – Valor Novo de Reposição e a respectiva depreciação acumulada, somente foram reconhecidos na contabilidade regulatória, não sendo reconhecidos na contabilidade societária.

Nota 35.5 - Intangível

Na Contabilidade Societária, por força do ICPC 01 o valor do Intangível corresponde à parcela dos bens, direitos e instalações vinculados a permissão, que será amortizada ao longo do correspondente contrato. Na Contabilidade Regulatória o Intangível é destinado a contabilizações intangíveis em servidões, uso do bem público, software e outros, empregadas pela Permissionária, de modo exclusivo e permanente, na consecução do objeto da mesma para o Serviço Público de Energia Elétrica.

Nota 35.6 – Passivos Regulatórios

A diferença entre os valores apurados na Contabilidade Societária e Contabilidade Regulatória se refere ao registro da neutralidade dos encargos setoriais (Parcela “A”) - denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos reconhecidos na Revisão Tarifária em relação ao mercado verificado, bem como, a provisão de constituição (em curso) de passivos regulatórios – componentes financeiros em relação ao próximo Reajuste Tarifário. A partir de 2016 os Passivos Regulatórios foram registrados também na Contabilidade Societária, não existindo mais diferença entre as mesmas.

	2016	2015
Neutralidade da Parcela A em Constituição	0	2.109
Componentes Financeiros em Constituição	0	9
Neutralidade da Parcela A em Reconhecida	0	123
Componentes Financeiros Reconhecidos	0	1.143
(-) Amortização da Neutralidade da Parcela A	0	(61)
(-) Amortização de Componentes Financeiros Reconhecidos	0	(572)
Total	0	2.751

Nota 35.7 – Obrigações Vinculadas a Permissão

A diferença entre os valores apurados na Contabilidade Societária e Contabilidade Regulatória no ano de 2015 se refere aos valores da participação financeira dos consumidores nas obras. No antigo Manual de Contabilidade, havia orientação de lançar os valores das obrigações vinculadas como redutora do Ativo Imobilizado, essa orientação não consta no novo Manual de Contabilidade. A Cooperativa continuou efetuando o lançamento das obrigações vinculadas como redutora do Ativo Intangível na Contabilidade Societária, no ano de 2015. Porém, como não existe mais a orientação, no ano de 2016 Cooperativa optou por não efetuar mais esse lançamento em ambas as contabilidades.

Nota 35.8 – Reserva de Sobras

Considerando que o resultado colocado à disposição da assembleia, assim como as destinações estatutárias e legais devem corresponder ao que foi apurado na Contabilidade Societária, ao registrarmos tais destinações, na Contabilidade Regulatória, requer que a diferença existente no resultado à disposição da assembleia seja transferido para a conta intitulada “Equalização Resultado Regulatório e Societário” no grupo das Reservas de Lucros.

	2016	2015
Equalização do Resultado Regulatório e Societário do Exercício	0	(984)
Total	0	(984)

Nota 35.9 – Reserva de Avaliação Patrimonial (Reavaliação Regulatória)

A diferença entre os valores apurados na Contabilidade Societária e Regulatória refere-se à contabilização da Reavaliação Regulatória Compulsória dos bens do Ativo Imobilizado, na forma da Resolução 396/2009 e reconhecidos de acordo com a metodologia aprovada para a 1ª Revisão Tarifária Periódica das permissionárias e Nota Técnica nº 189/2014 – SRE/Aneel.

	2016	2015
Reserva de Reavaliação Regulatória de Softwares	-1	30
Reserva de Reavaliação Regulatória de Terrenos	279	279
Reserva de Reavaliação Regulatória de Edificações	143	146
Reserva de Reavaliação Regulatória de Maquinas e Equipamentos	55.747	59.432
Reserva de Reavaliação Regulatória de Veículos	91	389
Total	56.259	60.276

Nota 35.10 – Fornecimento de Energia Elétrica

O valor apresentado como Ajuste dos CPCs, no ano de 2015 correspondente a energia não faturada, a ultrapassagem de demanda e o excedente de reativos que foram registradas na Contabilidade Regulatória e não na Contabilidade Societária. Após o mês 07/2016 esses valores também foram registrados na Contabilidade Societária.

Fornecimento:	2016	2015
Fornecimento Não Faturado	(1.309)	1.308
Excedentes de Reativos	167	(122)
Ultrapassagem de Demanda	264	(129)
Total	(878)	1.057

Nota 35.11 – Ativos e Passivos Regulatórios

O valor apresentado como Ajuste dos CPCs, correspondem aos encargos setoriais pagos mensalmente com base nos valores definidos por ocasião da revisão tarifária e ou reajuste tarifário e aqueles devidamente arrecadados dos consumidores, além do valor correspondente a amortização dos Componentes Financeiros e da Neutralidade da Parcela A do Reajuste Tarifário 2015. Após o mês 07/2016 esses valores também foram registrados na Contabilidade Societária.

Ativo Circulante	2016	2015
Neutralidade da Parcela A	778	(170)
Componentes Financeiros	1.219	(2.489)
Total	1.997	(2.659)

Nota 35.12 – Receita de Construção

A diferença verificada nesse grupo se refere à receita de construção (CPC 27), que representa o direito de receber os recursos investidos na permissão, através da tarifa ou indenização no final do contrato. Esta receita é registrada somente na contabilidade societária, em atendimento a ITG 01, aprovada pela resolução CFC 1.261/2009. A contabilidade regulatória, não prevê tratamento para o registro dessa receita. O valor apresentado nessa conta, na Contabilidade Regulatória, corresponde às Outras Receitas e Rendas.

	2016	2015
Receita de Construção	5.396	7.265
Total	5.396	7.265

Nota 35.13 – Depreciação e Amortização

A origem da diferença entre os saldos da Contabilidade Regulatória e da Contabilidade Societária está no tratamento dispensado aos investimentos realizados na permissão. Na Contabilidade Societária tem-se o entendimento que os mesmos geram um direito de recuperação do valor e, portanto, os considera como Intangíveis, os registros da reintegração são efetuados como despesa de amortização.

Na Contabilidade Regulatória os investimentos devem ser contabilizados no ativo imobilizado e os registros da reintegração são efetuados como despesa de depreciação.

Desta forma os valores que na Contabilidade Societária estão registrados em contas de amortização, na Contabilidade Regulatória são apresentados em contas de depreciação.

A diferença existente a Contabilidade Regulatória e Societária deve-se pelo reconhecimento das despesas da Depreciação do VNR –Valor Novo de Reposição e por tratar-se de regramento regulatório os efeitos estão registrados somente na Contabilidade Regulatória:

	2016	2015
Depreciação/Amortização do VNR	(3.035)	(3.108)
Total	(3.035)	(3.108)

Nota 35.14– Custo de Construção

A diferença verificada entre os saldos apurados na Contabilidade Societária e na Contabilidade Regulatória corresponde aos Custos de Construção. A referida conta existe somente na Contabilidade Societária, em virtude de que está previsto na ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009 e se destina ao registro dos valores investidos na permissão. Na Contabilidade Regulatória, tais investimentos são contabilizados no ativo imobilizado.

	2016	2015
Custo de Construção	5.396	7.265
Total	5.396	7.265

Nota 35.15 – Receita Financeira / Despesa Financeira

A diferença entre os valores apurados nas Contabilidades Societária e Regulatória se refere ao registro da variação monetária (IPCA) da neutralidade dos encargos setoriais e ativos ou passivos regulatórios. Após o mês 07/2016 esses valores também foram registrados na Contabilidade Societária.

	2016	2015
Variações Monetárias Ativos Regulatórios	(176)	(9)
Variações Monetárias Passivos Regulatórios	41	28
Total	(135)	19

Nota 35.16 – Composição do Resultado Abrangente Societário e Regulatório

No quadro abaixo, tendo como base o Demonstrativo Societário de Resultado Abrangente e Sobras ou Perdas a Disposição da Assembleia Geral, são demonstrados os efeitos dos ajustes no resultado regulatório em comparação ao resultado societário. Dentre os ajustes, foi efetuada a recomposição do resultado regulatório pela realização e reversão da Reserva de Reavaliação Regulatória. Considerando que as sobras à disposição da assembleia e as destinações legais e estatutárias apuradas na societária, devem também servir para a regulatória, encontramos uma diferença de R\$ 984 na conta de saldo a disposição da assembleia, valor este de cunho exclusivamente regulatório, o qual transferimos para a conta Equalização Resultado Regulatório e Societário no grupo das Reservas de Lucros.

DEMONSTRATIVO DE SOBRAS OU PERDAS A DISPOSIÇÃO COMPARATIVO	REGULATÓRIO	AJUSTES	SOCIETÁRIO
RECURSOS			
Resultado do Período	2.572	(2051)	4.623
Demais Resultados	4.183	3.035	1.148
Realização de Reservas Reavaliação	599	0	599
Realização de Reservas Reavaliação	3.035	3.035	0
Utilização FATES	549	0	549
Resultado Líquido do Período	6.755	984	5.771
DESTINAÇÕES			
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	386	0	386
Destinações de Caráter Legal	4.308	0	4.308
Reserva Legal 45% – Artigo 47	2.423	0	2.423
FATES – 5% – Artigo 47	269	0	269
Reserva Manutenção Redes 30% –	1.616	0	1.616
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.077	0	1.077
RESULTADO DE EQUALIZAÇÃO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO.	984	984	0

Nota 36 – Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Nota 37 – Conciliação entre Lucro Líquido e Fluxo de Caixa:

Conciliação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa das atividades operacionais, conforme NBC TG 03 item 20A.

	2016	2015
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.572	(203)
AJUSTES PARA CONCILIAR A SOBRA AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação/Amortização	5.222	5.186
Ganho na Alienação de Bens	(128)	(38)
Outros Ajustes	1.480	4.476
	6.837	9.624
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS		
Variações das Contas a Receber	(236)	(1.248)
Variação de Outros Ativos Circulantes	(2.088)	1.850
Variação do Ativo Não Circulante	111	221
Variação dos Fornecedores	30	739
Variação dos Tributos e Contribuições Sociais	104	(155)
Variação de Outros Passivos Circulantes	452	159
Variações do Passivo Não Circulante	1.379	412
	(248)	1.978
DISPONIBILIDADES LIQUIDAS GERADAS PELAS (APLICADAS NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.161	11.399



ILOIR DE PAULI
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS
ADMINISTRADORES DA
COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA.
IJUÍ - RS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

A auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. A auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o MCSE.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, letra "j", consoante ao que determina a NBC TG 01 (R3), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda. Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 02 de fevereiro de 2017, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS – DCR, datado de 15 de abril de 2016.

Ijuí, 02 de fevereiro de 2017.



UHY AUDITORES ASSOCIADOS S.S.

CRC RS 4632/0-1 T PR S RS

DIEGO ROTERMUND MOREIRA

Contador CRC RS 68603

CNAI Nº 1128

Sócio – Responsável Técnico